

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDUARDO CESAR BOHN

**A COMPANHIA INGLESA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: CASO DE ESTADO
AMPLIADO?**

PORTO ALEGRE

2011

EDUARDO CESAR BOHN

A COMPANHIA INGLESA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial do Curso de Graduação em Relações Internacionais para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

PORTO ALEGRE

2011

“For there was a time when corporations really ruled the world, and among the commercial dinosaurs that once straddled the globe, Britain’s East India Company looms large.”

Nick Robins

RESUMO

Este trabalho trata da Companhia Inglesa das Índias Orientais, de seus antecedentes (1394), à seu apogeu (1817). Naturalmente não se pretendeu escrever uma história da Companhia, mas apenas rediscutir seu significado. A hipótese do trabalho é a de que a Companhia Inglesa das Índias Orientais se constituiu em forma precoce de “Estado ampliado”, através da construção de uma esfera de coerção, valores e direção, autônomas em relação ao Estado. A discussão da hipótese é feita em três esforços analíticos, sucessivos e complementares que em linhas gerais corporificam-se nos três capítulos deste trabalho. O primeiro capítulo procura elucidar a hipótese adotada, discutindo a inserção da companhia em seu o contexto de época, e sua influência na política interna e externa. O segundo capítulo discute centralmente o papel da Companhia na competição internacional. O terceiro capítulo aborda a conquista da Índia, onde a Companhia cobra impostos, cunha moedas, administra a justiça e afiança proteção – todas estas são funções típicas de Estado.

Palavras-chave: Companhia Inglesa das Índias Orientais. Estado Ampliado. Expansão Marítima.

ABSTRACT

The following paper is about the English East India Company, reaching from its background (1394), to its heyday (1817). It was not intended to write a history of the Company, but to revisit its meaning. The working hypothesis is that the British East India Company has formed an early form of "Amplified State", through the construction of a sphere of coercion, of values and direction, independently from the state. The discussion of the hypothesis is made of three analytical efforts, successive and complementary, broadly embodied in the three chapters of this work. The first chapter seeks to elucidate the hypothesis adopted, discussing the inclusion of the company in its time, and their influence on domestic and foreign politics. The second chapter discusses the central role of the Company in international competition. The third chapter deals with the conquest of India, where the Company collects taxes, mint coins, administers justice, and secures protection - all these are typical functions of state.

Keywords: India Company. "Amplified State". Maritime expansion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: SOBERANIA AMPLIADA?	10
2.1 A REVOLUÇÃO COMERCIAL E O MERCANTILISMO	11
2.2 O CAPITAL INDUSTRIAL E O LIVRE COMÉRCIO	14
2.3 A INGLATERRA DE ELISABETE I, OS HABSBURGOS E A RELIGIÃO.....	16
2.4 CONFLITO ENTRE A COROA E O PARLAMENTO	18
2.5 A PAZ DE VESTFÁLIA	20
2.6 A REVOLUÇÃO GLORIOSA (1688): A BURGUESIA E O PODER POLÍTICO	21
2.7 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	22
2.8 A GUERRA DOS SETE ANOS(1756-73): COLISÕES IMPERIAIS	23
2.9 A INDEPENDÊNCIA AMERICANA (1775)	23
2.10 AS GUERRAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA (1791-1815)	24
3 COMPANHIA INGLESA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: ELEMENTOS HISTÓRICOS E PRINCIPAIS CONFLITOS	27
3.1 POR QUE LONDRES?	27
3.2 A VERTENTE MERCANTIL.....	28
3.3 GOVERNOR AND COMPANY OF MERCHANTS OF LONDON, TRADING TO THE EAST INDIES	29
3.4 ABSOLUTISMO E MONOPÓLIO	30
3.5 A COMPETIÇÃO COM PORTUGAL	34
3.6 A COMPETIÇÃO COM A HOLANDA E AS GUERRAS ANGLO-HOLANDESAS	36
3.7 A COMPETIÇÃO COM A FRANÇA E A GUERRA DOS SETE ANOS	39
4 A CONQUISTA DA ÍNDIA.....	46
4.1 A COMPANHIA CHEGA A ÍNDIA	46
4.2 A COMPANHIA E O PERÍODO MOGOL.....	49
4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA	54
5 CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIA	63
APÊNDICES.....	66
APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO	66
ANEXOS	71
ANEXO I – TERRITÓRIOS DO IMPÉRIO MOGOL EM SEU APOGEU	71

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata da Companhia Inglesa das Índias Orientais, desde seus antecedentes remotos em 1394, até seu apogeu em 1817. Percorre, portanto, o intervalo que vai da estruturação do mercantilismo, do início da construção da “economia mundo”, até a conquista da Índia. O período posterior, que se associa ao advento do imperialismo e à estatização da Companhia, ficou fora do trabalho.

O corte temporal adotado justifica-se pelo enfoque analítico. Naturalmente não se pretendeu escrever uma história da Companhia, mas apenas rediscutir seu significado. A hipótese do trabalho é a de que a Companhia Inglesa das Índias Orientais se constituiu em forma precoce de “Estado ampliado”, através da construção de uma esfera de coerção, valores e direção, autônomas em relação ao Estado. A esfera de coerção autônoma, corporificada nos mercadores, pode ser identificada ainda em 1588, antes do próprio surgimento da Companhia (1600).

O primeiro capítulo procura elucidar a hipótese adotada, discutindo a inserção da companhia em seu o contexto de época, e sua influência na política interna e externa. Trata, em caráter preliminar, do papel da Companhia na consolidação do puritanismo e na inserção internacional da Inglaterra.

O segundo capítulo discute centralmente o papel da Companhia na competição internacional. Importa descrever seu perfil institucional, o que é feito na primeira metade do capítulo. Os elementos de história servem de suporte para abordagem dos principais conflitos protagonizados pela Companhia. Trata-se da competição com Portugal, França e Holanda que culminaram nas guerras Anglo-holandesas e na Guerra dos Sete Anos.

O terceiro capítulo aborda a conquista da Índia. O intervalo vai da chegada da Companhia até a derrota dos Maratas em 1817. Então se descortina integralmente o “Estado Ampliado”. Muito antes de sua estatização (1858) a Companhia já cobra impostos, cunha moedas, administra a justiça e afiança proteção – todas estas são funções típicas de Estado.

A construção da hipótese envolveu a operacionalização de conceitos de Anthony Giddens (coerção), Charles Tilly, (violência) e, sobretudo, de Antonio Gramsci. Contudo, não há qualquer pretensão de se ter construído um modelo explicativo. Trata-se apenas de um esforço preliminar, exploratório, que em estudos futuros pode seguir nesta direção.

O Estado Ampliado Precoce

A noção gramsciana de “Estado ampliado”, segundo Christinne Buci-Glucksmann, é característico do capitalismo maduro (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.94-149). Trata da gestão de custos e controle social do período de fusão do capital bancário com o industrial, e, para os países que possuem colônias, corresponde ao período do imperialismo. Na Itália, o fenômeno do estado ampliado serve para explicar funções de dominação, direção e controle, que, sendo caracteristicamente estatais (o que não é o mesmo que tipicamente), são transferidas aos proprietários, classes ou frações de classes, que as exercem no lugar do Estado. O Estado Ampliado em Gramsci é simultaneamente a continuação das reflexões contidas na formação do bloco histórico, que na Itália assume a forma atípica de bloco agrário industrial e do arcabouço contraditório de modernização e anacronismo que conduzirá ao fascismo.

Este trabalho discute a possibilidade de interpretar a Companhia Inglesa das Índias Orientais como um caso precoce do Estado ampliado, posto que se dá ainda no âmbito do mercantilismo. Sendo, portanto, anterior a formação da burguesia e sua diferenciação em frações de classe, no caso, do surgimento da burguesia industrial. Além disso, há outra importante diferenciação: o conceito gramsciano trata de funções características de estado mais relacionadas à hegemonia que à direção ou controle.

No caso da Companhia, tratam-se para além da hegemonia, de funções típicas de estado como é o caso da coerção, cobrança de impostos e administração da justiça. A diferença entre funções típicas e características de Estado é qualitativa e relevante. As funções típicas são aquelas inerentes ao Estado como é o caso do exercício do monopólio da força.

Charles Tilly e Anthony Giddens percebem a formação de uma esfera coercitiva como núcleo fundante do próprio estado (TILLY, 1996; GIDDENS, 2001). A aproximação entre os dois autores pode ser sintetizada na frase de Robert Nisbet: “O Estado é, na verdade, pouco mais do que a institucionalização dos instrumentos de fazer a guerra” (NISBRET, 1982 p.103). Contudo, este também não é o caso da Inglaterra.

A esfera autônoma de coerção formada pela classe, ou estamento, dos mercadores a partir do século XIV irá competir e associar-se ao Estado, sem

entretanto, jamais corporificá-lo ou substituí-lo integralmente. De fato, a autonomia armada, por assim dizer, dos mercadores assumirá contornos distintos no oriente e no ocidente.

No leste, a forma predominante será a própria Companhia Inglesa das Índias Orientais, tratada no âmbito deste trabalho. Seu relacionamento com o Estado é regulamentado por Carta Régia, predominantemente cooperativa, embora, ao fim, a competição da Companhia se torne insustentável. É o que se verifica após a “Rebelião dos Cipaios” em 1857 que conduz a sua estatização e a formalização do Império em 1877. Entretanto, no período estudado a Companhia se mantém quase sempre como um instrumento leal a serviço do absolutismo ainda que, como se verá com Cromwell, competindo com o Estado quando julga que seu status possa estar em questão.

No Ocidente a esfera de coerção autônoma dos mercadores assumiu uma forma mais crua, até mesmo brutal: o império dos piratas. Tendo como centro as Antilhas, controlavam o comércio, incluindo o tráfico negreiro, entre as Américas a Europa e a África. A relação entre as duas esferas não era estanque, sendo alguns mercadores, na Inglaterra respeitáveis como “privateers”, nas Antilhas eram denominados bucaneiros ou flibusteiros. Ainda que os piratas mantenham uma conhecida relação de cooperação com a Inglaterra, sobretudo no que tange ao “apressamento” de navios espanhóis carregados de ouro ou prata do “novo mundo”, havia também nítida oposição. Desde 1360 foram promulgadas na Inglaterra leis para o combate a pirataria. E, sobretudo, depois da abolição do tráfico negreiro, as relações tornaram-se marcadas pela confrontação.

O papel do canhão de bronze

Na raiz do fenômeno que cria uma esfera de coerção autônoma em relação ao estado, está uma tecnologia de produção: o canhão de bronze. De fato, foi o canhão de bronze que abriu as portas da Ásia, após a batalha de Diu em 1509, para os portugueses, que foram seguidos pelos holandeses, ingleses e franceses sucessivamente. Em Diu, a frota do Sultão composta de 200 galeras, cada uma com três canhões de ferro montados na proa, foi destruída por apenas dezessete caravelas portuguesas. Ao invés do combate frontal em que o gigantesco canhão de ferro serve como aríete para a abordagem, as caravelas portuguesas disparavam

seus canhões de bronze lateralmente beneficiando-se de sua maior quantidade e rapidez de recarga, o que lhes conferia maior poder de fogo. O canhão de bronze e a pólvora granulada revelar-se-iam decisivos para superar os grandes canhões de ferro fundido e a pólvora negra.

Contudo, a existência de uma esfera autônoma de mercadores com capacidade de exercício de coerção só ficaria evidente quase um século depois na Inglaterra. Foi quando, beneficiados pelas reformas militares de Henrique VIII, surgiu um novo tipo de navio que otimizava o número de canhões e a cadência de tiro em detrimento do alcance ou do poder de fogo individual. Foi este tipo de embarcação que derrotou a invencível armada. Bom lembrar que liderados por Francis Drake, um dos mais famosos piratas da história, então a serviço da filha de Henrique, Isabel I. Ao fim do mesmo ano de 1588, os mercadores que então percebiam que não dependiam mais do Estado para sua proteção reivindicaram uma Carta Régia para a exploração da Índia e da China. Cautelosa, a rainha aguardou a frota dispersar-se e, só em 1591, concedeu a carta, mas ainda assim para apenas três navios. Contudo os mercadores não desistiram até que, em 1600, a então Companhia das Índias Orientais obtêm a Carta Régia que os mercadores almejavam desde 1588.

Este perfil atípico marcará a entrada tardia da Inglaterra na competição pelas colônias e redundará no êxito do império britânico. Todavia este já seria assunto para um trabalho de maior monta. A preocupação central é identificar nos primórdios da companhia as características de esfera de coerção, gestão e controle que conduziram a conquista da Índia.

2 A COMPANHIA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: SOBERANIA AMPLIADA?

Os 258 anos de existência da Companhia das Índias Orientais testemunharam profundas mudanças no sistema internacional, bem como internamente na Inglaterra. Os 16 reis e rainhas que se sucederam - além do período republicano de Cromwell – viram a Inglaterra compensar seu atraso na corrida pelo controle marítimo para tornar-se a “Rainha dos Mares”, remodelando as estruturas de trocas até então preponderantes: “Para alcançar e ultrapassar os que haviam chegado primeiro, os retardatários tiveram que reestruturar radicalmente a geografia política do comércio mundial.” (ARRIGHI, 1996, p.49).

Considerando o foco deste estudo na Companhia das Índias Orientais, farei uma contextualização seletiva do cenário inglês e Europeu. Iniciando pela observação ampla de fenômenos como a “Revolução Comercial” e o “Mercantilismo”, bem como sua superação pelos dogmas do livre comércio. A partir daí serão brevemente descritos alguns dos principais eventos da história inglesa no período, começando pelo Governo de Elisabete I – também chamada de Isabel I – no qual se fundou a Companhia das Índias em 1600.

Neste primeiro capítulo, serão considerados prioritários os acontecimentos relativos à situação da burguesia mercantil inglesa, aos desdobres políticos internos na Inglaterra e a dinâmica dos estados no sistema europeu. Tais esclarecimentos serão pertinentes para compreensão do desenvolvimento da Companhia¹, explanado nos próximos capítulos, onde tal contextualização será por vezes completada. A prioridade neste momento é não tanto a de se abordar as razões que levaram a expansão marítima e comercial, quanto o de descrever o fenômeno em si. Trata-se de demonstrar como ocorreu a expansão marítima, sempre tendo como perspectiva sua interface com a história da Companhia. Neste sentido, a hipótese que serve como fio condutor entre a Companhia e a Inglaterra é a do “Estado ampliado”.

¹ Por Companhia ou Cia, entenda-se ao longo deste trabalho a Companhia Inglesa das Índias Orientais, mesmo em períodos em que o nome completo da mesma seja algo diferente. Sempre em que se tratar de outra companhia haverá alguma distinção clara.

2.1 A REVOLUÇÃO COMERCIAL E O MERCANTILISMO

Primeiro país a unificar seu território constituindo um estado moderno, geograficamente favorecido, “de frente” para o novo mundo, Portugal tomou a primazia na exploração marítima do mundo. Adiantado no “périplo africano”, o reino luso foi o primeiro a encontrar uma alternativa às rotas tradicionais as Índias e, embora Colombo tenha se deparado com a América navegando sob a bandeira Espanhola, tal viagem ocorreu apenas após Portugal recusar-lhe o financiamento. A última década do século XV assistiu aos países ibéricos remodelarem o mapa mundi.

No ano de 1498, Vasco da Gama chegou a Calecute pela primeira vez, demonstrando a existência de um caminho para as Índias pelo Atlântico e, principalmente, evitando o mediterrâneo. Como destacou Leo Huberman: “o caminho para o Oriente, via Cabo da Boa esperança, tornou os mercadores independentes da benevolência com que os turcos os tratavam e rompeu com o monopólio veneziano.” (HUBERMAN, 1936, p.90).

Esta nova configuração transferiu os privilégios geográficos das cidades italianas e do sul do que viria a ser a Alemanha para Portugal, Espanha, Holanda, Inglaterra e França. Como apontou Fernand Braudel, “as Ilhas Britânicas, durante muito tempo situadas no fim do mundo, no extremo da Europa, tornaram-se depois dos grandes descobrimentos, um ponto de partida para os novos mundos” (BRAUDEL, 1996, p.327).

Dadas os primeiros resultados da nova rota - “Na primeira viagem de Vasco da Gama a Índia os lucros chegaram a 6.000%!” (HUBERMAN, 1936, p.89) – pareceu lógico que demais concorrentes buscassem esta alternativa, incrementando imensamente o comércio internacional. Sendo o aumento do mercado um dos principais estímulos para o comércio, ocorreu neste período uma expansão sem precedentes, atingindo não só a Ásia como também as Américas e a África (HUBERMAN, 1936, p.90). Embora tratando de um período um pouco posterior, Rudé coloca que “não é de estranhar que, inclusive na Grã-Bretanha, país onde se iniciou a revolução [industrial], o que mais impressionou as pessoas, pelo menos até o final do século [XVIII], tenha sido a prosperidade e a expansão do comércio ultramarino e não a opulência ou engenho de seus fabricantes.” (RUDÉ, 1988, p.61).

Desta forma, como todos o fariam no futuro próximo, os descobridores viriam

a tentar manter suas descobertas e seus lucros exclusivos. No caso português – primeiros a chegar- contudo, ouve também, a motivação religiosa para o domínio da região e tentativa de subjugação dos nativos (FERRO, 1996, p.45-48).

Considerando-se um cenário relativamente novo, em que o interesse da nação como um todo se tornara o foco do governo, e não apenas o de regiões determinadas e limitadas, parece lógico questionarem-se as razões pela quais um determinado país torna-se rico. A resposta então identificada foi o que entrou para a história como mercantilismo. O raciocínio parece relativamente simples e lógico: é mais rico quem possui mais dinheiro; quem vende mais do que compra (balança comercial favorável) e, para tanto, quem possui maiores mercados para exportar. Muitas das medidas tomadas pelos governos durante a expansão marítima e comercial serão permeadas por este pensamento. Claros exemplos foram as leis que proibiam a exportação de ouro e prata (HUBERMAN, 1936, p.87).

Segundo Max Weber, o mercantilismo consiste da incorporação do interesse do lucro capitalista pelo campo político, indicando ainda a Inglaterra como seu local de nascimento (WEBER, 1968, p.305). O sistema mercantilista não consiste de um conjunto fixo de ações, nem mesmo possui data estrita de começo ou fim. Desta forma, os primeiros vestígios mercantilistas podem ser reconhecidos ainda em 1381 durante o governo de Ricardo II.

Na busca pela competitividade comercial no campo internacional, os governos tenderam a tomar medidas de caráter intervencionista e protecionista. Para tanto foram costumeiras as ações destinadas a proteger as indústrias nascentes², tendo como resultado esperado um acréscimo na venda para o exterior e um aumento na autonomia da produção interna, que supostamente reduziriam as compras perante outros vizinhos. No que tange às colônias e sua específica função de gerar riqueza para a metrópole, eram proibidas as produções concorrentes com as desenvolvidas na metrópole em questão. Outro método interessante utilizado era a tentativa de atrair trabalhadores qualificados de outros países e de manter em segredo as técnicas produtivas desenvolvidas internamente. As exceções foram as expulsões de grupos economicamente capazes por questões religiosas, como os huguenotes franceses (HUBERMAN, 1936, p.123-124).

² Neste caso, o termo não se refere à indústria movida a vapor, muito menos articulada a produção em serie. Trata-se de manufaturas, muitas vezes primitivas e construídas artesanalmente.

Um viés desta “política” particularmente pertinente foi o estímulo ao crescimento da indústria naval, extremamente útil tanto em tempo de guerra quanto de paz. Este setor era observado com o mesmo nível de prioridade quanto o dado a indústria manufatureira, sendo, por exemplo, que “os produtos necessários à indústria naval (...) eram buscados e podiam entrar no país sem pagar taxas” (HUBERMAN, 1936, p.126).

Pelos custos apresentados não apenas por fatores de ordem prática, mas também pela insegurança de se navegar por “mares nunca d’antes navegados”, tornaram-se obsoletas as organizações até então constituídas. Neste momento surgem as sociedades por ações, mecanismo capaz de levantar as vultosas somas necessárias ao empreendimento. Quanto ao caráter desbravador dos marinheiros de então Huberman chama a atenção para o nome da “Company of Merchant Adventures” (Companhia dos Mercadores Aventureiros), considerada por alguns autores como a origem da Companhia das Índias Orientais (MUKHERJEE, 1974, p.24). Sobre esta companhia “primitiva”, Immanuel Wallerstein classifica sua fundação como uma iniciativa defensiva e ofensiva, pois deveria proteger as exportações dos tecidos, “produto único que a ilha podia vender aos países próximos ou distantes” (FERRO, 1996, p. 67). Esta característica de exercício de coerção, de proteção de rotas marítimas, função típica de Estado, é o que se entende caracterizar a Companhia como parte de um “Estado Ampliado”.

Uma vez inaugurado este novo formato de empreendimento, até mesmo operações corsárias foram assim organizadas. “Em uma das expedições de Drake contra os espanhóis, a própria rainha Elisabete possuía ações, em troca do empréstimo de alguns navios” (HUBERMAN, 1936, p.91) ³.

Como empresas privadas, as companhias visavam lucros. Huberman também aponta o fato de que tanto a expansão do comércio gerava lucro quanto também a escassez de mercadorias também o poderia, sendo que inúmeras vezes tais cias deliberadamente restringiam a produção, de forma a elevar os preços e assim seus lucros (HUBERMAN, 1936, p.92).

Era corrente à época determinar as relações comerciais como de “soma

³ Importante ressaltar que as atividades corsárias, embora tenham tido sua época de ouro após a criação da Companhia, não era nenhuma novidade. Em 1360 já se havia criado na Inglaterra o Alto Tribunal do Almirantado para julgar atos de pirataria. A partir começam a surgir tentativas destes aventureiros de se legitimar. O expoente maior deste movimento de alguns piratas em direção a institucionalização foi o pirata Francis Drake, um dos mais ricos homens do período Elisabetano e vice-almirante da marinha inglesa no conflito com a invencível armada.

zero”, ou seja, para alguém ganhar, alguém sairia prejudicado. Elevando esta lógica ao âmbito nacional, parece claro que a guerra ocorreria, o que de fato se comprovou (HUBERMAN, 1936, p.129-131).

Quanto à relevância deste período para o desenvolvimento nacional da Inglaterra o autor explica: “Essa foi a época áurea do comércio, quando se fizeram fortunas – o capital acumulado – que formariam o alicerce para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII.” (HUBERMAN, 1936, p.93).

2.2 O CAPITAL INDUSTRIAL E O LIVRE COMÉRCIO

Embora o “sistema mercantilista” trouxesse muita riqueza, não está entre suas preocupações, a distribuição da mesma entre todos os interessados, nem mesmo entre os supostamente capazes de participar dos processos produtivos e/ou comerciais. Tendo como um de seus principais pilares a concessão de monopólios, o modelo era restritivo por natureza.

Sendo baseado no grande capital mercantil/comercial, o foco do desenvolvimento não estava na produção, embora a mesma não fosse desprezada. Fato é que todos os demais setores estavam subordinados a atividade comercial. O aumento da produção seria permitido e incentivado quando de interesse, de forma exemplar, das companhias, ao passo que quando a estas fosse interessante conter a produção, aumentando assim os preços, isto então seria feito.

Uma vez consolidada política e principalmente economicamente, a classe então dominante tornou-se reacionária e resistente a mudanças (MUKHERJEE, 1974, p.43). Apegadas as recém-conquistadas vantagens, a burguesia mercantil faria o possível para mantê-los exclusivos. Desta forma ficou claro que opositores do sistema não tardariam a aparecer.

É de suma importância reconhecer que determinadas diretrizes não se alteram imediatamente. O mercantilismo, por exemplo, não se tratava de um pacote fechado e imutável, uma vez que era composto de diferentes iniciativas tanto do governo quanto de agentes privados. Desta forma houve críticas a este durante toda a sua extensão, embora estas também não ocorressem de forma uniforme.

Claro exemplo do caráter progressivo destas alterações foi o fato de que Adam Smith publicou a sua “Riqueza das Nações”⁴ em 1776 e que a mesma foi extinta pelo governo apenas em 1858, aproximadamente 80 anos depois. Nesta mesma linha Mukherjee, nos aponta que mesmo a criação da Companhia ocorreu no momento em que as críticas ao sistema surgiam em alinhamento ao crescimento da representatividade do capital industrial em relação ao mercantil, e que a mesma acaba por perecer quando estes mesmos oponentes se consolidam como preponderantes.

Marc Ferro, ao tratar deste período também aponta para esta mudança de linha de pensamento da Inglaterra. Tendo em vista que a metrópole perdera a América e que se tornara agora mais acentuadamente industrial, acrescenta: “Mais do que o monopólio de um comércio ultramarino de tipo mercantilista, que lhe permitiu acumular numerário, a Inglaterra precisava de mercados e de matérias-primas.” (FERRO, 1996, p.31).

Parece claro neste momento porque as ideias de Smith tornaram-se tão populares em um ambiente com tamanhas restrições: “Cada homem, contanto que não viole as leis da justiça, é deixado totalmente livre para perseguir seus próprios interesses e de sua própria forma, e colocar tanto sua indústria quanto seu capital em competição com o de qualquer homem ou organização” (SMITH, 2009, p.407, tradução do autor)⁵. Todo homem excluído do lucrativo sistema vigente viu suas reivindicações legitimadas através das palavras deste autor.

Basicamente todos os princípios que tanto favoreciam a classe mercantil foram postos a prova, se já não vinham sendo criticados anteriormente. Os monopólios, as relações com as colônias, também de caráter monopolístico, a intervenção na economia, a balança comercial favorável atrelada com a retenção de ouro e prata; todos foram relativizados e questionados.

Ao longo do tempo no qual as visões e sistemas acima mencionados tiveram lugar, ocorreram eventos na história inglesa por si só pertinentes, porém serão aqui brevemente abordados para fins de contextualização, uma vez que a eles esteve ligada a história da companhia.

⁴ Obra crítica do sistema que obteve maior repercussão maior repercussão.

⁵ “Every man, as long as he does not violate the laws of justice, is left perfectly free to pursue his own interest his own way, and to bring both his industry and capital into competition with those of any other man, or order of men (SMITH, 2009, p. 407).”

2.3 A INGLATERRA DE ELISABETE I, OS HABSBURGOS E A RELIGIÃO

No início do século XVI não havia dúvida de que os Países Ibéricos estavam na vanguarda da expansão ultramarina. A partir de 1494, a luz do tratado de Tordesilhas, o mundo estava dividido em dois, entre Portugal e Espanha. O rei Habsburgo Carlos I da Espanha, também Carlos V, Imperador do Sacro-Império Romano Germânico, em especial foi o monarca mais poderoso de seu tempo. Como apontou E. L. Woodward, Carlos recebia as riquezas oriundas da Espanha, da Holanda, e de parte da Itália, bem como as originárias do novo mundo, também através da Espanha. (WOODWARD, 1964).

Em meados do seu governo, Elisabete I teve de assistir a Espanha reclamar o trono português criando a União Ibérica, unindo assim as imensas possessões além-mar de ambos, bem como suas capacidades navais: “Os ingleses ficaram ainda mais perturbados quando, em 1580, Filipe II anexou o vizinho Portugal com suas colônias e sua marinha.” (KENNEDY, 1988, p.45).

Embora um poderoso inimigo, a Espanha tanto de Carlos I quanto de seu sucessor Felipe II, teve de lidar com inúmeros conflitos em diversas frentes, sendo que Felipe, católico e fervoroso defensor de sua fé, ainda trouxe sobre seu país onerosos custos gerados por conflitos religiosos. Neste sentido o Governo protestante de Isabel I sempre esteve à espreita de um ataque espanhol, o que acabou ocorrendo nas não declaradas guerras anglo-espanholas (1585-1604), após a Inglaterra acordar apoiar a insurgência dos Países Baixos contra seus governantes espanhóis. Embora intermitente, o evento pôs à prova as finanças de ambos os estados envolvidos. Eminentemente marítimo, o conflito foi marcado pelas apreensões de navios inimigos no trânsito atlântico da prata, por parte dos ingleses. Destacadamente houve também a emblemática campanha da “Invencível Armada” espanhola, derrotada pelos ingleses, liderados por Drake. Além do conflito direto Inglaterra versus Espanha, o envio de tropas inglesas para o continente para auxiliar o conflito nos Países Baixos também desafiaram os cofres reais.

No episódio da “Invencível Armada” podemos evidenciar a consolidação da burguesia que viria a determinar os rumos da Inglaterra dali por diante:

Até 1588, a burguesia inglesa lutava pela sua existência e após lutava por poder. Por esta razão a derrota da Armada é um divisor-de-águas na história interna da Inglaterra (...). Foram os mercadores com seus próprios

navios e seu próprio dinheiro quem conquistaram a vitória (...). A burguesia tomou consciência da sua força e com essa consciência uma longa aliança entre ela e a monarquia começou a se dissolver. Ela pode ainda precisar de seu apoio, mas não mais precisa de sua proteção. (MORTON, 1951 apud MUKHERJEE, 1974, p.4,) (tradução livre)⁶.

Para entendermos esta capacidade militar destes agentes é importante o esclarecimento de que

“Naquela época não havia divisão clara entre um navio de guerra e um navio mercante; praticamente todos os navios de comércio, de bom tamanho, levavam canhões para repelir os piratas e outros predadores.” Em tempo de guerra estes eram os recursos recrutados pela coroa para engrossar suas fileiras navais. (KENNEDY, p. 52 - 53, 1988).

Ao tratarmos da solidificação da burguesia dentro da sociedade, é mandatório abordarmos a questão religiosa. Internamente a religião era possivelmente a “instituição” mais influente e externamente, em um contexto pré Paz de Vestfália, causa suficiente para legitimar intervenções em terra estrangeira, como, por exemplo, no supracitado caso das guerras provocadas pelos Habsburgo espanhóis. “Apenas em meados do século XVII, quando os homens se cansaram dos excessos e da futilidade das guerras religiosas, seria possível chegar a uma aceitação, embora relutante, da divisão da Europa.” (KENNEDY, p.40, 1988).

Primeiramente e de forma mais abrangente, a reforma protestante relativizou conceitos plenamente enraizados, tanto nas dinâmicas sociais, quanto na forma de entender o mundo dos indivíduos. Neste sentido, o principal aspecto a ser abordado aqui é a aceitação moral do lucro e dos juros. Um exemplo claro desta aceitação dos juros foi a anulação do Ato de 1552 em 1571. Tal ato proibia, sob argumentos religiosos, todo e qualquer tipo dos “detestáveis” juros, demonstrando assim, com a sua anulação, a inconformidade da sociedade quanto a tentativa de impor uma moralidade utópica nos negócios. (MUKHERJEE, p.5, 1974)

Além disso, a opção por determinada religião como oficial no Estado trouxe graves consequências para a história política da Inglaterra. Já durante o governo de Henrique VIII o cisma com a Igreja Católica Romana se definiu, porém até então no

⁶ “Up to 1588 the English bourgeoisie were fighting for existence: after that they fought for power. For this reason the defeat of the Armada is a turning-point in the internal history of England (...). It was the merchants with their own ships and their own money, who won the victory (...). The bourgeoisie became aware of their strength and with the coming of the awareness the long alliance between them and the monarchy began to dissolve. It might still need their support but they no longer needed its protection.”(MORTON,1951 apud MUKHERJEE, 1974, p.4)

que tange a dogmas de fundo estritamente religioso, pouco se alterou. Apesar disso, aspectos práticos como a redistribuição dos bens da Igreja e a determinação do rei como líder religioso da Inglaterra, além das repercussões internacionais, tornaram o incidente altamente significativo. “De fato a reforma inglesa duplicou as receitas reais e permitiu o dispêndio, em grande escala, em projetos militares defensivos – fortalezas ao longo do litoral da Mancha e da fronteira escocesa, novos e poderosos navios de guerra para a Marinha Real, a supressão das rebeliões na Irlanda.” (KENNEDY, 1988, p. 66).

O Governo de Maria I, que precedeu Elisabete, reaproximou a Inglaterra de Roma, contrastando tanto com o período de seu predecessor Eduardo VI quanto de sua sucessora (WOODWARD, 1964).

Foi durante o Governo de Isabel I que os posicionamentos do Presbiterianismo, de cunho calvinista, foram implementados. “Puritanismo, e não a secessão dos Tudor com Roma foi a verdadeira reforma (protestante) inglesa, e é de sua luta contra a antiga ordem que emerge uma Inglaterra inquestionavelmente moderna” (MUKHERJEE, 1974, p.6, tradução do autor)⁷.

2.4 CONFLITOS ENTRE A COROA E O PARLAMENTO

Desde a ascensão dos Tudors, já se havia identificado o crescimento da importância do Parlamento, e por tanto da opinião pública. No governo de Carlos I as tensões agravavam-se e as tradicionais sustentações do poder inquestionável do monarca e dos direitos – ou falta deles – dos súditos, se é que um dia o foram, deixavam de ser consensuais.

Da mesma forma, conflitos religiosos internos mantinham-se vivos, mesmo entre os protestantes, confrontando puritanos e anglicanos – religião da Monarquia. Sendo a decisão quanto à religião nacional uma questão relativa exclusivamente ao rei, não havia como súditos articularem críticas – particularmente no parlamento, mas também independentemente dele – sem afetar o rei em si.

Embora o país como um todo estivesse enriquecendo, o custo da administração mantinha-se crescente, lembrando que Jaime I não era nem

⁷ “Puritanism, not the Tudor secession from Rome, was the true English Reform, and it is from its struggle against the old order that an England which is unmistakably modern emerges.” (MUKHERJEE, 1974, p.6)

remotamente comedido como Elisabete I e que, por exemplo, os custos de manter a Irlanda superavam em cinco vezes as receitas da mesma. Para tanto, todo tipo de recurso foi utilizado para aumentar a arrecadação, principalmente os que não requeressem aprovação parlamentar. Neste período, a coroa evitava ao máximo a consulta aos parlamentares, lançando mão de ferramentas como a venda de monopólios para levantar fundos, ou outros recursos “legais” para demandar mais fundos dos súditos, irritando o parlamento, tecnicamente incapaz de contrariar normas revestidas por um caráter legítimo.

Da mesma forma, a desastrada intervenção inglesa na guerra dos 30 anos custou caro tanto em vidas quanto em recursos. Mesmo a aqueles que não compreendiam os rumos da política externa nacional percebiam a incompetência militar demonstrada pelas derrotas a eles infligidas.

Os conflitos rei versus parlamento, não arrefeceram e, embora entre 1630 e 40 o parlamento não tenha sido convocado, quando retornou manteve-se em atividade por vinte anos. Em 1638, quando os escoceses organizam-se para combater imposições de caráter religioso, Carlos se vê sem a cooperação do parlamento e sua condição deteriorar-se, sendo impelido a aceitar a obrigatoriedade da reunião do parlamento ao menos uma vez a cada três anos. Quando da Rebelião Irlandesa de 1641, mais uma vez o parlamento negou apoio ao rei, temendo que uma vez que um exército fosse constituído o mesmo poderia ser também utilizado internamente. Neste momento demonstra-se a intenção da burguesia representada no parlamento de evitar o surgimento de mais um monopólio, mesmo que neste caso seja o do uso da força na figura de um exército nacional.

Quando da eclosão da guerra civil se opuseram em linhas gerais o Rei, grande nobreza e alta burguesia em oposição aos comerciantes e lavradores aliados ao parlamento – geograficamente o leste e oeste. Importante notar eu junto com Londres, o parlamento controlava a armada, que grande valor estratégico possuía. Aliado aos escoceses, o parlamento é vitorioso, liderado por Oliver Cromwell e seu New Model Army⁸.

Entra então na cena política uma nova e determinante figura. Uma vez que quem lutara e ganhara a guerra não fora o parlamento e sim Cromwell, sua posição se faria ouvir. Impondo sua vontade no parlamento, os presbiterianos foram dele

⁸ Exército nacional e profissional.

expulsos e o rei morto.

Em 1649, mesmo ano da morte do rei, a Inglaterra tornasse uma república adquirindo o status de “Commonwealth of England, Scotland and Ireland”⁹, possuindo um parlamento unicameral. Alguma resistência apresentou-se ainda na Irlanda e na Escócia, porém foram reprimidas. Apoiado apenas pelo exército, Cromwell institui um protetorado em torno de si mesmo, dissolvendo o primeiro parlamento convocado e selecionando os membros que aceitaria no segundo. Oliver apenas não foi rei pelo seu título, porém governou como se o fosse. Quando de sua morte, foi sucedido por seu filho, que inapto politicamente e sem apoio foi substituído pelo regresso da monarquia com o rei Carlos II.

Não se pode dizer, porém que a situação anterior à revolução foi simplesmente reimplantada de forma inalterada. As prerrogativas políticas reais quanto ao controle financeiro, do setor judiciário e do exército passaram então ao parlamento (MUKHERJEE, 1974).

Cromwell notabilizou-se também pelos Atos de Navegação de 1651, os quais determinavam que apenas navios ingleses, irlandeses ou coloniais poderiam importar mercadorias. Ainda neste mesmo campo, vale-se ressaltar que durante três anos do Protetorado, o comércio com as Índias orientais foi liberado para demais empreendedores, eliminando barreiras até então impostas pelo monopólio da Companhia (MUKHERJEE, 1974, p.74).

Contra seus oponentes comerciais mais ativos, a Inglaterra deste período lutou a guerra Anglo-Holandesa (1652-1654), resultante da rivalidade pelo comércio nas Índias e seus exclusivismos. Os holandeses que muito se beneficiaram durante a guerra civil, de todas as formas tentaram excluir os ingleses do comércio com esta região.¹⁰

2.5 A PAZ DE VESTFÁLIA

A Paz de Vestfália (1648) foi o nome pelo qual ficou conhecido o conjunto de acordos que puseram fim à Guerra dos Trinta Anos, principalmente consolidando os conceitos de “soberania nacional” e “estado-nação” e reconhece a independência das Províncias Unidas.

⁹ Comunidade da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda.

¹⁰ O tópico 1.4.3 será baseado em Woodward, 1964 (p. 87-124), a menos que dito o contrário.

Este período, segundo Giovanni Arrighi, marcou o estabelecimento da “hegemonia holandesa”, porém que a partir da assinatura dos tratados ela começa a declinar. A partir da guerra de 1652 até o congresso de Viena a disputa pela supremacia mundial ocorreria entre França e Inglaterra. Sendo assim os holandeses não chegam a dominar o sistema por eles construído, servindo apenas para indicar aos oponentes uma direção a seguir, baseada na “expansão comercial ultramarina, apoiada pelo poderio naval e pela formação das companhias de comércio e navegação, de capital acionário e ligadas ao Estado por cartas patentes (...). Em termos de poder mundial, os principais beneficiários do novo sistema de governo foram os ex-aliados das Províncias Unidas, a França e a Inglaterra.” (ARRIGHI, 1996, p.47).

2.6 A REVOLUÇÃO GLORIOSA (1688)¹¹: A BURGUESIA E O PODER POLÍTICO

Após a retomada da Monarquia por Carlos II, a questão religiosa interna manteve-se em voga, sendo o rei muito mais próximo do catolicismo do que gostariam os anglicanos parlamentares, levando o rei inclusive a associar-se com o católico Luís XIV da França em sua empreitada contra os holandeses, sob condições que a ele trouxeram descrédito. Jaime II, seu sucessor e mais abertamente católico, foi mais incisivo na defesa do catolicismo e por essa conta acabou perdendo seu trono. Em 1688, convidado por figuras proeminentes inglesas, o protestante Guilherme de Orange desembarca seu exército na Inglaterra e assume o trono ao lado de sua mulher Maria – filha de Jaime. Ao aceitar a carta de direitos e aceitar governar segundo o acordado com o Parlamento, Guilherme III e Maria tomam posse sem conflito bélico direto, caracterizando a “Revolução Gloriosa”.

A partir de então até o começo do século seguinte a Inglaterra aliada à Holanda esteve em Guerra contra a França, posteriormente aliada à Espanha. Como resultado, a França saiu do conflito muito desgastada, a Espanha embora ainda com muitos recursos não fosse mais uma potência, a Holanda sentira também gravemente os custos da guerra e a superioridade inglesa se demonstrava clara, principalmente pelo seu crescente poderio naval. Embora a França fosse mais rica e mais populosa, o ritmo de crescimento inglês a ultrapassaria muito logo.

¹¹ O tópico 2.3.4 será baseado em Woodward, 1964 (p. 124-138), a menos que dito o contrário.

2.7 A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Caracterizado pela abrupta expansão da capacidade produtiva, a Inglaterra foi pioneira no processo da “Revolução Industrial” por volta da década de 1780. Neste período as condições para tal fenômeno já estavam dadas. Mesmo antes dos Atos dos Cercamentos propriamente dito, por exemplo, a maioria das terras já era administrada de forma voltada para o mercado (HOBSBAWN, 2010). Um dado que confirma a importância da agricultura é o fato de que na Inglaterra no fim do século XVII “três quartos da população trabalhadora cultivavam a terra.” (...) 1770 estimava-se que “enquanto se retiravam 37 milhões de libras do comércio e da indústria, extraíam-se da terra 66 milhões de libras.” (RUDÉ, 1988, p.35).

Nas palavras de Hobsbawn, a revolução industrial teria sido a “criação de um ‘sistema fabril’ mecanizado que por sua vez produz em quantidades grandes e a um custo tão rapidamente decrescentes a ponto de não mais depender da demanda existente, mas sim de criar seu próprio mercado” (HOBSBAWN, 2010, p.64). Dotada então do conhecimento técnico necessário, das condições sociais apropriadas, de um mercado consumidor potencial em escala suficiente e baseadas em um consumo de massas, a Inglaterra estava apta e pronta para desenvolver este processo.

No que tange ao subcontinente indiano, o mesmo autor na mesma obra, destaca o fato de que tendo os interesses mercantis industriais prevalecido na metrópole, o fluxo comercial tradicional pela primeira vez na história é invertido, tornando a Índia importadora de manufaturados têxteis pela primeira vez, desindustrializando-a. Ilustrando, o autor cita um aumento de mais de treze vezes na importação indiana de têxteis da região de Lancashire de 1820 a 1840. Entre 1814 e 1835 as exportações as importações indianas de têxteis como um todo aumentaram 51 vezes (ROBINS, 2002).

Ainda sobre a influência do setor exportador, Braudel coloca que claramente não se pode apontar a expansão comercial como única causa da Revolução Industrial, porém que o crescimento entre 1700 e 1800 de cerca de 450% na produção para exportação, comparado a 52% na dedicada ao mercado interno aponta para sua forte influência (BRAUDEL, 1996, p.327).

2.8 A GUERRA DOS SETE ANOS¹²(1756-73): COLISÕES IMPERIAIS

“A Guerra dos Sete Anos (1756-63) decidiu que a Inglaterra, e não a França deveria controlar a América do Norte e a Índia.” (WOODWARD, 1964, p.165). Embora tenha tido origem em uma questão originalmente entre Inglaterra e Espanha anos antes de seu estabelecimento propriamente dito, desenvolveu-se em uma guerra longa e de repercussões, principalmente entre França e Inglaterra, e seus então realinhados aliados, respectivamente Áustria e Prússia, no que ficou conhecido como Revolução diplomática de 1756.

No âmbito das Índias orientais, o autor ressalta que a França acaba por violar um antigo acordo com a Inglaterra, o qual evitaria que guerras entre estas nações não se estendessem para esta região. A principal rivalidade encontrava-se, no entanto, na região colonial americana.

Durante o período no qual Willian Pitt foi primeiro ministro (1761-63), a Inglaterra avançou na campanha continental europeia, sendo também vitoriosa tanto nas Índias orientais quanto ocidentais. Também em 1761 a Espanha alia-se a França, o que lhe custaria em seguida principalmente o território da Flórida. Pitt teria levado a guerra até a as últimas consequências com a França, mesmo depois de os principais objetivos reais terem sido alcançados. Uma vez que o rei não concordara com esta postura, acaba por se demitir.

2.9 A INDEPENDÊNCIA AMERICANA (1775)

Na esteira da Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra viria a perder suas colônias na América do norte, cuja independência é declarada ainda em 1776, ainda no Governo de George III. O primeiro conflito em grande medida influenciou no segundo.

Se nada mais, e veremos abaixo que, segundo Woodward, não foi o caso; a Independência dos Estados Unidos deu à França a possibilidade de tentar mitigar o poder inglês. Neste sentido Hobsbawn completa: “a revolta das colônias americanas deu-lhe (a França) a oportunidade de virar a mesa sobre o adversário.” (HOBSBAWN, 2010, p.54).

¹² O tópico 1.4.6 será baseado em Woodward, 1964, a menos que dito o contrário.

Tal autor destaca que, distantes e relativamente negligenciadas, as colônias norte-americanas – especialmente as do norte - desenvolviam-se de forma reativamente autônoma. Após o conflito com a França, todavia, algumas questões cruciais vêm à tona. Os ingleses acusavam os colonos de não terem se dedicado suficientemente contra os ataques franceses, que por outro lado agora identificavam menor necessidade de se manter uma força militar inglesa em seu território, que logicamente apresentava custos. Por outro lado, neste momento a metrópole busca de fato cobrar os impostos devidos da colônia, que até então não eram pagos a contento da coroa. A imposição de novos tributos tornou a relação praticamente insustentável. Sendo assim, a Inglaterra elimina muitas destas taxas, mantendo especificamente a referente à compra de chá. Os colonos, insatisfeitos, boicotam esta mercadoria - trazendo grande prejuízo a Companhia. Dito isto a metrópole, elimina o imposto destinado à Inglaterra. Ainda desgostosos, os colonos jogam ao mar grande quantidade de chá. Neste ponto a Guerra torna-se eminente e estoura em 1775 (WOODWARD, 1964).¹³

2.10 GUERRAS DA REVOLUÇÃO FRANCESA (1791-1815)

Quando do início da Revolução Francesa, Willian Pitt, o jovem, respondia por “primeiro ministro” na Inglaterra. Este, de pensamento liberal baseado em Adam Smith, não acreditava no belicismo da nova França. Apenas quando do avanço francês rumo à Holanda e da postura diplomática adotada no continente, Pitt vai à guerra.

Ainda em 1788, em parte devido aos resultados da quarta guerra Anglo-Holandesa, deu-se uma rebelião no país batavo, a qual foi sufocada por tropas prussianas e inglesas. Na ocasião mais de quarenta mil holandeses buscaram asilo junto à França. Com a vitória da Revolução Francesa, os batavos sentiram-se mais uma vez estimulados. Em 1795, quando a França invade a Holanda encontra um país ainda dividido, o que permite o estabelecimento da “República Batava”, que então se alia ao França. A guerra de 1795 trouxe profundas repercussões para a Cia no oriente.

¹³ Vale ressaltar que o chá lançado ao mar pelos colonos pertencia à Companhia e que a bandeira da mesma viria servir de modelo a “star and stripes” (ROBINS, 2002).

Como resultado do tratado de Paris os ingleses se estabelecem na península da Malásia e, decorridas algumas décadas, controlaram o estratégico estreito de Malacca. Apesar de em 1811 a Holanda conseguir defender com êxito a ilha de Java, nem o país nem sua companhia eram os mesmo. De acordo com Waltz, a Holanda foi umas das grandes potências que sucumbiu às guerras da revolução francesa (WALTZ, 1979, p.162).

Na Europa, a Inglaterra acreditava inicialmente que enfraqueceria seu adversário o suficiente através das conquistas das possessões coloniais ocidentais, claramente subestimando as forças adversárias, o que finalmente obrigou a uma mudança de estratégia.

O domínio marítimo, todavia teve suma importância, impedindo que a ilha fosse invadida. Dadas as circunstâncias, Napoleão, supôs vencer seu inimigo economicamente através do chamado “bloqueio continental”. Uma vez proibido o comércio entre qualquer nação europeia com a Inglaterra, a França deparou-se com a recusa russa a participar do mesmo, sendo esta uma das principais causas da invasão do país eslavo. Neste território Napoleão conheceu verdadeira derrota, marcando o início de seu declínio.

Braudel foi bastante claro no que tange as atividades comerciais inglesas durante o bloqueio napoleônico: “o comércio inglês em escala mundial prossegue, imperturbável funcionando nas suas rotinas”. Tal constatação demonstra a capacidade de superação da adversidade pelos mercadores ingleses, sendo que “a Companhia das Índias Orientais, durante as guerras napoleônicas, continua importando para a Inglaterra, com confiança, tecidos de algodão das Índias” (BRAUDEL, 1996, p.537).

A participação inglesa foi indiscutivelmente determinante para a derrota de Napoleão. Sob o comando do Almirante Nelson e do Duque de Wellington, a Inglaterra saiu vitoriosa, respectivamente nos mares e em terra. Mais uma vez a supremacia marítima incontestemente inglesa possibilitou-a a vitória e consolidou a derrota de Napoleão.

Contudo, para efeitos da história da Companhia, importa reiterar que a posse do estreito de Malaca obtida em 1795, a qual se somou a de Singapura em 1819, permitiram a Companhia Inglesa das Índias Orientais consolidar seu domínio sobre a Índia (1817) e projetar-se em direção a China. Em 1842 a Companhia já era forte o suficiente para lutar e vencer o estado chinês, dando origem ao tratado de Nanqing

e os demais “tratados injustos” que a ele seguiram. Para além da importância óbvia da vitória sobre Napoleão, pode-se dizer que as guerras da revolução francesa emprestaram à Cia a força do estado inglês, o que lhe permitiu triunfar na Ásia.

3 COMPANHIA INGLESA DAS ÍNDIAS ORIENTAIS: ELEMENTOS HISTÓRICOS E PRINCIPAIS CONFLITOS

“Pois houve um tempo em que as corporações realmente mandavam no mundo, e entre estes dinossauros comerciais que uma vez andaram pelo globo, a Companhia Britânica das Índias Orientais se agiganta.”¹⁴ (ROBINS, 2002, p. 79).

Neste capítulo será abordado o nascimento da Companhia, como evolução de organizações anteriores, sua relação e, por conseguinte a da Inglaterra, com companhias concorrentes e/ou países concorrentes. O desenvolvimento da Companhia será aqui traçado até a vitória inglesa sobre sua rival francesa na última “Guerra de Carnatic” (manifestação da guerra dos Sete Anos na Índia) , quando se determina definitivamente que a companhia inglesa teria a supremacia sobre o território indiano, em detrimento de qualquer outro postulante europeu.

3.1 POR QUE LONDRES?

Acredita-se que seja pertinente destacar, mesmo que de forma pouco aprofundada, a importância da capital para a vida econômica da Inglaterra. A luz das observações a seguir fica evidente o porquê de a Companhia ter surgido em Londres e não e qualquer outra cidade, portuária ou não.

Braudel já demonstra a clara vocação comercial londrina quando diz que: “o quase monopólio da exportação e da importação de que Londres gozou desde muito cedo lhe confere o controle de todas as produções da ilha e de todas as distrações: (...), Tudo vai para lá, tudo volta a sair de lá, quer para o mercado interno, quer para fora.” (BRAUDEL, 1996, p.340). O mesmo autor ainda ressalta quanto à população que: “No fim do século XVII, quando a população da Inglaterra era insignificante em comparação com França ou da Alemanha e inferior à da Espanha ou da Itália, Londres já era, com toda a probabilidade, a maior cidade da Europa. Em 1700, contava cerca de (...) 10% da população inglesa” (BRAUDEL, 1996, p.377). É verdade que esta última afirmação refere-e a um período um pouco posterior ao início da Cia, porém já dá um indicativo das condições da cidade como um todo.

¹⁴ “For there was a time when corporations really ruled the world, and among the commercial dinosaurs that once straddled the globe, Britain’s East India Company looms large.”

Quanto à expressão do porto de Londres em termos europeus, Rudé esclarece que: “Em 1739, por exemplo, o número de navios que descarregava mercadorias no porto de Londres era já duas vezes superior ao número de Navios que o faziam em Amsterdam.” (RUDÉ, 1988, p. 62).

Em suma, “a Inglaterra tinha apenas uma cabeça, mas enorme.” (BRAUDEL, 1996, p.338). Demais países como a França, por exemplo, apresentavam distintas rivalidades entre suas cidades, como no caso francês, Lyon e Paris.

3.2 A VERTENTE MERCANTIL

Embora tenha como data oficial de fundação o ano de 1600, a companhia foi o resultado de processo de associação muito comum à época para uma variedade de setores produtivos da sociedade. Da mesma forma que as demais atividades econômicas urbanas na baixa idade média, o comércio, e aqui com maior destaque, o comércio exterior inglês organizou-se na forma de corporações. Pelo seu caráter concentrador por natureza, não é de se surpreender que delas tenham surgido as companhias privilegiadas.

A ascensão da burguesia mercantil, uma das vertentes que daria origem à Companhia esteve diretamente ligada ao comércio da lã para o exterior, especialmente para a região de Flandres. Reconhecidamente o principal produto de exportação do reino, a exportação da lã inglesa já era, na virada do século XIII para o XIV, dominada por lombardos, florentinos e flamengos. Neste momento, todavia, crescia na Inglaterra a importância das corporações de mercadores, que cada vez mais conseguiam incorporar seu poder econômico no cenário político das cidades. (MUKHERJEE, 1974, p.21)

Para estabelecer uma via mais eficiente de arrecadação de impostos, foram substituídos os privilégios dos mercadores estrangeiros, pela organização da “Fellowship of the Stample”, padronizando as exportações, agora nas mãos de exportadores ingleses, além dos valores levantados pela venda em si do direito a exclusivo lucrativo comércio. (MUKHERJEE, 1974, p.22)

A adoção deste sistema acabou, todavia, criando um desequilíbrio nos preços internos e de exportação que conteria sua própria ruína. Os baixos preços internos promoveram um vigoroso desenvolvimento na produção têxtil inglesa, concorrência então capaz de competir inclusive com os produtos flamengos. Consequentemente,

se reduziram as vendas de lã pra o exterior – posteriormente inclusive por determinação real – e a importância relativa dos grupos negociantes de tecido cresceu, especificamente pela consolidação da “Companhia dos Mercadores Aventureiros”. (MUKHERJEE, 1974, p.24)

Em resumo, pode-se estabelecer uma sequência de organizações sucessivas que levaram a criação da Companhia. Inicialmente formou-se a Guilda de Mercadores da Inglaterra, formada por pequenos lojistas e artesãos, sem distinguir produtores de comerciantes, seguida pela Mercer`s Company¹⁵, composta então apenas por mercadores, especialmente atacadistas. Dada a primazia do comércio exterior, desenvolveu-se, a partir da Mercer`s Company, a “Company of Merchant Adventurers”¹⁶ para este fim específico. Assim como outras companhias monopolísticas já o haviam feito, como, por exemplo, a Companhia Russa¹⁷, surge de dentro dos Mercadores Aventureiros a Companhia das Índias Orientais, “the most powerfull of them all”¹⁸(WILLIANSO, 1951, p.228 apud MUKHERJEE, 1974, p.27).

3.3 GOVERNOR AND COMPANY OF MERCHANTS OF LONDON, TRADING TO THE EAST INDIES¹⁹

[...] a lucratividade do comércio a longa distância dependia, de forma crucial, do controle quase monopolista da informação no mais amplo espaço econômico possível (BRAUDEL, 1982, apud ARRIGHI, 1996, p.39).

Muito antes de Braudel nos explicar, os comerciantes londrinos organizados na “Mercadores Aventureiros” já reconheciam a necessidade de se obter as informações mais precisas disponíveis para que a empreitada às Índias fosse bem sucedida. Após o capitão Drake, conhecido pirata, comprovar, através de sua volta ao mundo em 1580, que a utilização da rota pelo Cabo da Boa Esperança, embora arriscada, era viável, foi enviada a Índia uma comissão para avaliar as condições do comércio indiano bem como suas potencialidades (MUKHERJEE, 1974, p.61-62).

Embora clandestina e tendo parte dela obstruída por agentes lusos, um de

¹⁵ O termo “mercer” referia-se a mercadores, geralmente de tecidos e é atualmente obsoleto.

¹⁶ “Companhia dos Mercadores Aventureiros”

¹⁷ Mais sobre essa companhia será dito ainda neste capítulo, na sessão reservada a considerações referentes a demais companhias inglesas.

¹⁸ “a mais poderosa de todas” (tradução do autor)

¹⁹ “Governador e Companhia dos Mercadores de Londres, para o comércio com as Índias Orientais” (Tradução do Autor).

seus agentes retornou a Londres após ter conhecido profundamente a região, Passando pela Índia onde “viram o esplendor da corte do Império Mogol em seu melhor momento”²⁰ chegando próximo até do que se tornaria Singapura. Ainda segundo o mesmo autor, a missão conduziu à criação da Companhia, que futuramente viria a “conquistar quase todas as cidades visitadas pela comissão”²¹.

O domínio das informações acuradas, seguido de exitosa viagem dos holandeses pelo Cabo da Boa Esperança (1595) e de um súbito aumento no preço das especiarias provocado pelos mesmos (1600), foi a motivação que faltava para o estabelecimento definitivo da Companhia. Em 1599, a partir dos “Mercadores Aventureiros”, organizou-se uma associação, dotada de um fundo de aproximadamente trinta mil libras, 101 ações, variando cada participação individual entre 100 e 3000 libras (MILL, 1858, p.13).

A petição feita no mesmo ano à Rainha Elizabete I pelo direito de exportar ouro e por privilégios comerciais foi então, em 31 de dezembro de 1600, atendida e a devida carta oficializando estas condições foi entregue a “Governador e Companhia dos Mercadores de Londres, do comércio com as Índias Orientais”, oficializando a criação da Companhia. Entre suas principais prerrogativas estavam o direito de exportar metais preciosos e o monopólio do comércio inglês na região, concedendo a ela, no entanto, a possibilidade de estender esta possibilidade a terceiros quando julgasse necessário. A carta teria validade de quinze anos, prorrogáveis por mais quinze, caso ambas as partes concordasse. À coroa era garantido o direito de cancelar a carta no momento em que entendesse que a mesma não fosse mais vantajosa, dado um aviso prévio de dois anos (MUKHERJEE, 1974, p.65-66).

3.4 ABSOLUTISMO E MONOPÓLIO

Uma vez constituída, um dos pilares centrais de sua estruturação foi a manutenção da exclusividade em relação a seus compatriotas. Em contrapartida, neste momento já se tornavam mais claras as críticas na sociedade inglesa quanto à concessão de monopólios.

²⁰ “They saw the splendor of the Mughal Court at its greatest moment” (MUKHERJEE, 1974, p.63).

²¹ Da comissão original consta apenas o retorno de Ralph Fitch, o qual realizou a maior parte de sua viagem sem seus companheiros.

Em seus primeiros doze anos de existência a Cia obteve lucros médios de 200% por viagem, o que principalmente para uma empresa jovem e com intensa concorrência de portugueses e holandeses, foram muito bons. Desta primeira fase dois pontos devem ser mencionados: métodos questionáveis que beiravam a pirataria e a extorsão, e o fato de que nestas primeiras viagens apenas parte dos inscritos na Companhia arcou com os custos, e desta forma recebeu os lucros. Tendo em vista o sucesso das viagens, a partir dali as operações tornaram-se mais claramente a de uma empresa “joint-stock” (de capital aberto), dividindo então o investimento e o lucro (MUKHERJEE, 1974, p.67-69).

Dando lucros “a olhos vistos”, os demais mercadores ingleses protestaram quanto à exclusividade da Cia. Uma campanha foi feita apelando ao rei pela flexibilização deste tráfego, porém a influência da instituição junto à coroa era então muito forte – subornos e propinas estiveram na ordem do dia durante toda a existência da Companhia (MUKHERJEE, 1974, p.70).

Outro ponto no qual a Cia teve de se defender foi pela sua capacidade de exportar metais preciosos, contrários às regras mercantilistas então vigentes. O argumento da Cia foi bastante bem explicado por um de seus diretores, Thomas Mun, em seu livro *England's Treasure by Foreign Trade*²². Nesta obra o autor nos esclarece que apesar da exportação de ouro e prata, estes eram utilizados para a compra de mercadorias que seriam posteriormente reexportadas por maior valor, ou então seriam elaboradas na Inglaterra e posteriormente reexportadas. “Em ambos os casos, mais dinheiro voltava à Inglaterra, o que justificava a exportação dos metais preciosos” (HUBERMAN, 1936, p.121).

Jaime I havia tornado a venda de monopólios recorrente, sendo que em 1604 chegou a vender o direito de realizar comércio com as índias a outro indivíduo. Em 1609, porém renovou perpetuamente os privilégios exclusivos da Companhia, alterando apenas a cláusula de cancelamento, aumentando o aviso prévio para três anos. No fim do seu governo James I concede também o direito de aplicação de leis marciais e municipais para a Cia (MUKHERJEE, 1974, p.70-71).

Embora a monarquia demandasse cada vez maiores “agrados”, esta estava tendencialmente ao lado da Companhia, que ajudava a pagar as suas contas. Desta forma os críticos do monopólio voltaram sua atenção a outro palco viável para

²² “A Riqueza da Inglaterra pelo Comércio Exterior”.

reclamações. (MUKHERJEE, 1974, p.72)

Neste momento, o poder absoluto do rei já era questionado e a influência parlamentar aumentava. Desde os primeiros anos do século XVII já se ouvia no parlamento oposição a concentração do comércio exterior, sendo que os mercadores oriundos de outras cidades que não Londres eram particularmente veementes (MUKHERJEE, 1974, p.73). “Junto com a negação do direito de taxações e prisões arbitrárias, a contestação do parlamento as concessões reais de privilégios econômicos e monopólios pode ser dito como tendo formado a questão central do estouro da revolução do século XVII” (DOB, 1946, p.168).

No momento da restauração, no entanto, a Cia pode gozar de estabilidade, embora bastante cara. Em 1661, a carta concedida a Companhia pelo rei Carlos II confirmou os privilégios anteriores, além de direitos de jurisdição sobre cidadãos ingleses no oriente, de manter fortalezas e recrutar tropas para protegê-las. Desta forma a instituição estava ainda mais bem aparelhada para tomar as providências que julgasse necessárias para obter resultados/lucros nas Índias (MUKHERJEE, 1974, p.75).

Conforme já exposto no primeiro capítulo, durante a revolução e o período que durou até a restauração da monarquia, o comércio com as Índias orientais foi por três anos liberalizado, oportunizando a ação de “Free Merchants”²³ ou “Interloper”²⁴, dependendo de quem os chamasse. Mais será dito sobre a época na sessão 3.4.2, quando abordarmos a relação com os holandeses nas Índias. Porém o aumento da atuação dos “intrusos” teve consequências.

Mesmo não tendo reconhecido seu direito de realizar comércio na Europa, os “Interlopers” realizavam intensamente o comércio interno na Ásia, inclusive por funcionários da própria Companhia, o que era até incentivado pela mesma como uma forma de complementar os lucros de seus funcionários, que por salário não recebiam muito. Com esta prática os “mercadores livres” fortaleceram-se. Em 1668, porém, quando da “Revolução Gloriosa”, estes identificaram sua chance de prosperar no aumento definitivo de poder do parlamento perante a monarquia. Mesmo contra substanciais propinas pagas pela Cia, em 1690 foi peticionada a abertura do comércio asiático (MUKHERJEE, 1974, p.77-83). Por fim em 1694, foi declarado na Câmara dos Comuns que era “direito de qualquer inglês comercializar

²³ “Mercadores Livres”

²⁴ “Intrusos”

com qualquer parte do mundo, a menos que expressamente proibido pelo parlamento” (MILL, 1858, p.78), o que demonstraria a supremacia do Parlamento sobre a decisão Real (MUKHERJEE, 1974, p.84).

Thomas Papillon, a testa do movimento concorrente, obteve, em 1698, êxito naquilo que se tentava há praticamente um século. Neste ano foi aprovada no parlamento a carta de privilégios para a “Nova” ou “Companhia Inglesa das Índias Orientais” em oposição a “Antiga” ou “London Corporation”²⁵. Guilherme III confirma então a ato, tendo a “antiga Companhia” três anos até o fim de seus privilégios. Pela primeira vez a estratégia de oferecer subornos e empréstimos ao governo falhara, porém os vencedores utilizaram-se da mesma, apenas em maior volume (MUKHERJEE, 1974, p.85).

A então “London Corporation”, porém não entregaria simplesmente tudo o que até então conquistara, pois, se o adversário triunfara domesticamente, ela ainda possuía toda uma estrutura consolidada no oriente, além de um século de experiência. Para começar, sendo a “nova” Companhia também de capital aberto, uma boa parte deste tinha procedência na “antiga” (MUKHERJEE, 1974, p.85), recebendo ela então “parte do lucro sobre o seu prejuízo”.

Embora possível, o confronto entre as duas companhias seria longo e custoso, e provavelmente culminaria apenas quando uma delas fechasse suas portas – possivelmente a “nova”. No entanto, ambas as partes perceberam que a fusão das duas estruturas seria a melhor alternativa, o que aconteceu em 1702. Neste ano definiu-se que após sete anos – prazo dado para a “antiga” companhia finalizar seus negócios – as duas instituições unir-se-iam na “The United Company of Merchants of England trading with the East Indies”²⁶ (WILLIANSOON, 1951, p.311 apud MUKHERJEE, 1974, p.87).

Como já mencionado, uma fonte tão abundante de riqueza jamais deixaria de atrair a atenção e a cobiça de todos aqueles que dela tivessem conhecimento. Dito isso, observou-se que o pioneirismo português no comércio com a região das Índias orientais foi seguido de perto por Holanda, Inglaterra e França. Veremos a seguir como este convívio se deu, tendo sempre como referência a relação com os mercadores ingleses.

²⁵ “Corporação de Londres”

²⁶ “Companhia Unida dos Mercadores da Inglaterra para o comércio com as Índias Orientais” (tradução do autor)

3.5 A COMPETIÇÃO COM PORTUGAL

Após a grande descoberta de Vasco da Gama, os portugueses estabeleceram-se na Índia em vários pontos nas regiões costeiras como, por exemplo, Goa, Diu, Bombay (Mumbai) além de posições em Bengala e próximas a Madras (Chennai). A ilha do Ceilão também foi majoritariamente incorporada pelos portugueses. Porém, o foco das atenções portuguesas tendeu para o leste, para as Ilhas das chamadas “Águas Indianas” como Sumatra e Java, de onde eram obtidas especiarias, um dos mais populares produtos da região na Europa (MUKHERJEE, 1974, p.59).

Tendo chegado primeiro, Portugal tomou todas as medidas a seu alcance para garantir a manutenção da exclusividade deste tráfico. Por um lado, portos envolvidos nesta rota foram fortificados, de forma a evitar que navios indesejados pudessem obter provisões e navios lusos patrulhavam o recém-descoberto caminho (MUKHERJEE, 1974, p.59) e por outro consolidaram sua posição perante a corte do império Mogol (MUKHERJEE, 1974, p.93).

Embora tenha tido um começo relativamente promissor, as relações portuguesas com os governantes indianos, deterioraram-se entre outras razões, mas principalmente, pela intolerância religiosa (contra muçulmanos e também hindus) e pelo ataque ao comércio local até então realizado (frequentemente por árabes). Evitando principalmente o primeiro ponto, os sucessores holandeses e ingleses puderam contar com significativo apoio local na tentativa de suplantar o posicionamento português (MUKHERJEE, 1974, p.93-94).

Mesmo que os holandeses tenham confrontado os portugueses mais abertamente nas ilhas das especiarias, a Companhia teve que lidar com estes, principalmente no oeste do subcontinente indiano. Seu primeiro estímulo foi à demanda dos representantes nas Ilhas Molucas e Bantam por produtos indianos. Para tanto, em 1608 os ingleses buscaram pela primeira vez contato com a Índia, a fim de estabelecer o comércio através do porto de Surate (MUKHERJEE, 1974, p.94).

Ainda que tenham seguido o “procedimento” e procurado a autorização da corte em Agra²⁷ para realização das atividades, a Companhia viu suas pretensões

²⁷ Então a capital do Império Mogol.

barradas pelos portugueses, em 1611, já bem adaptados aos tramites palacianos. Em 1613, contudo, após uma vitória contra uma frota portuguesa nas cercanias de Surate, a permissão foi concedida para abertura do comércio em alguns portos, entre eles Surate, o principal porto do império, bem como estabelecimentos de feitorias. Em 1614 Portugal envia reforços substanciais e mais uma vez é derrotado no mar (MUKHERJEE, 1974, p.95-96).

Feito isto, os ingleses aprenderam a lição de sua primeira derrota política e enviaram um “diplomata” realmente capacitado para as negociações, Thomas Roe, capaz de fazer frente aos jesuítas portugueses (MUKHERJEE, 1974, p.96). Roe chegou à corte em 1616 com uma carta do rei ao imperador. A atuação do mesmo viria a ser determinante no desenrolar do período.

Roe sabia que a posição portuguesa não tinha mais a mesma firmeza de outrora, e que estes também enfrentavam a concorrência holandesa, principalmente no que tange as “ilhas indianas”. Sabia também que a Companhia estava preparada para o embate, com ótimas chances de vitória sobre os lusos. No entanto, entendeu que o confronto além de desagradar os Mogols, traria tantos custos que o comércio não pagaria dividendos por anos (COLLIS, 1942, p. 19-20, apud MUKHERJEE, 1974, p.96).

Outras lições que a Companhia obteve de Roe foi o entendimento que fortalezas embora tenham sua utilidade deveriam ser utilizadas com parcimônia. Lembrava neste sentido através dos exemplos português e holandês, os custos de manter guarnições e de guerras em terra, e que naquele momento, se necessário, a guerra deveria ocorrer no mar, onde as chances inglesas eram melhores. Roe ainda teve papel preponderante na “difamação” dos demais europeus como ilustrado por Mill, em depoimentos do próprio Roe, sobre a chegada de holandeses em Surate, e “os perigos que os mesmos poderiam trazer”, sendo seu conselho bem recebido (MILL, 1858, p.22)²⁸.

Corroborando com o argumento de Roe, Morris esclarece que a posse, administração e a defesa de território geravam custos, que sempre quando não mandatórios para a realização de trocas, seriam evitados. Neste caso, “trade was preferred to property”²⁹ (MORRIS, 2011, p.2).

²⁸ “This I improved to fill their heads with jealousies of the designs of the Dutch, and the dangers that might arise from them; which was well taken”. (MILL, 1858, p.22)

²⁹ “Preferia-se o comércio à propriedade”. (tradução do autor)

A Holanda, porém seria um problema, o qual a Companhia estaria disposta a postergar, sendo Portugal uma questão mais premente. Em 1620, houve mais um ataque a navios ingleses por portugueses na Índia. Este incidente se estendeu a Ormus, porto persa dominado por Portugal, onde os ingleses saíram vitoriosos. A vitória trouxe a Companhia o prestígio suficiente para obter uma aliança com a Pérsia e de lá expulsar os lusitanos. A partir daí, Portugal perdeu gradativamente todas suas possessões e capacidades no oriente, seja para Inglaterra, Holanda ou impérios indianos como o Mogol e o Maratha. As exceções foram Goa, Diu e Daman (MUKHERJEE, 1974, p.98-99). Em 1658, os holandeses apoderaram-se da última posição portuguesa no Ceilão, praticamente assumindo o monopólio na transação de especiarias (MUKHERJEE, 1974, p.60). Não é difícil então entender porque, em 1661, sete anos após ter reconhecido o direito inglês ao comércio com as Índias, Portugal compromete-se a auxiliar operações inglesas contra os holandeses na Índia (MUKHERJEE, 1974, p.99).

Contudo a sorte do empreendimento ultramarino português acabou sendo definida pela competição inter-estatal. A União Ibérica (1580-1640) sujeitou os interesses lusos aos da coroa castelhana. Durante a guerra dos trinta anos (1618-1648) iniciou sua própria guerra de independência com Espanha que, com hiatos de paz acabou se prolongando até 1665 – Guerra da Restauração (1660-1665). Ao fim Portugal encontrou-se no pior dos mundos, para efeitos do Tratado de Vestfália integrou a coalizão perdedora, acabou sendo abandonado por Inglaterra e França em sua luta contra a Espanha e o período entre 1660 a 1665 lutou sozinho contra a maior potencia terrestre da Europa Ocidental. Restaram pouco mais que ruínas do domínio ultramarino português em vastas porções da África e da Ásia. Em grande medida só se manteve graças ao papel cumprido pelo Brasil, à época ainda colônia.

3.6 A COMPETIÇÃO COM A HOLANDA E AS GUERRAS ANGLO-HOLANDESAS

Inicialmente cabe reiterar que uma das motivações da criação da Companhia foi o aumento dos preços da pimenta pelos holandeses em 1600 (ver sessão 3.1.1). Este fato seria futuramente relevante no desenvolvimento da ação da Companhia nas “águas indianas” (MUKHERJEE, 1974, p.101).

A “Vereenigde Oost-Indische Compagnie” (VOC)³⁰, constituída com um capital que ultrapassava quinhentas mil libras, surgiu com o propósito de realizar o comércio com a região das Índias orientais e recebeu sua carta de monopólio em 1602. Da mesma forma a carta também garantia a possibilidade de realizar tratados, construir fortalezas e adquirir territórios (MUKHERJEE, 1974, p.59).

O posicionamento holandês na Índia propriamente dita foi bastante pouco intensivo, mantendo apenas feitorias³¹ em algumas regiões. Tendo em vista a prioridade por eles atribuída ao comércio de especiarias com as ilhas mais a leste como Sumatra, Java e Borneo, compreende-se esta estratégia (MUKHERJEE, 1974, p.59).

Em princípio o conflito holandês com a Inglaterra não deu a tônica da ação de ambas, uma vez que as duas estavam chegando a uma região já dominada por portugueses. Os holandeses, todavia, foram exitosos em expulsar os portugueses auxiliados pelas populações locais, também incomodados pela avidez com a qual Portugal tomava suas medidas (notar o mesmo sintoma exposto na sessão anterior no caso indiano). Dito isto os ingleses agora viriam a reclamar sua parte da recentemente conquistada supremacia holandesa (MUKHERJEE, 1974, p.102). Até a restauração da monarquia inglesa, a Holanda, na figura da VOC, teve superioridade de força sobre a Companhia, o que estabeleceu a orientação das ações de ambas (MUKHERJEE, 1974, p.107).

Tendo obtido um posicionamento suficientemente forte entre Sumatra e Java, os ingleses conquistaram participação representativa no comércio da pimenta. No entanto, as demais especiarias, como a canela e a noz-moscada, por exemplo, que ofereciam maior retorno, mantinham-se nas mãos dos holandeses. Entendendo que pela dimensão de sua produção, que a pimenta naturalmente não estaria nas mãos de uma companhia apenas, e atrás das maiores lucratividades, a Companhia buscou participação, porém teve seus agentes rechaçados pelos holandeses (MUKHERJEE, 1974, p.102).

Os holandeses já fortemente consolidados nas regiões de onde expulsaram os portugueses, possuidores de visível supremacia naval e gozando da trégua de 1609 com a Espanha, puderam oferecer vigorosa resistência à Companhia,

³⁰ A “Companhia Unida das Índias Orientais” será doravante referida pela sigla VOC.

³¹ Por “feitorias” entendam-se depósitos ou armazéns.

expulsando-a das “Spice Islands”³². Esta condição não parecia aceitável para a Companhia, que neste momento tinha suas posições mais fortes em Surate e Bantam; e como principal objetivo livrar-se das concorrências europeia. (MUKHERJEE, 1974, p.102-103).

As animosidades tornaram-se flagrantes quando, no intuito de retomar ilhas onde os ingleses haviam erguido fortificações – notar que nestas não havia assentamentos holandeses – a VOC apreende dois navios ingleses, método que posteriormente se repetiria. Outro instrumento contra os ingleses foi puramente econômico: a compra de pimenta por preços que a Companhia não poderia acompanhar. Em desvantagem na disputa, os ingleses aceitam um acordo, em 1619, o qual os confere metade do tráfico da pimenta e um terço das demais especiarias, além de comércio livre com Pulicate, contanto que fossem divididas as despesas com as guarnições locais. Contratou-se então uma parceria, que, dadas as circunstâncias, estava fadada ao fracasso (MUKHERJEE, 1974, p.104-105).

Sabedora de sua superioridade, a VOC então toma a iniciativa na retomada das hostilidades, ao prender, torturar e executar cidadãos ingleses, sob a acusação de conspiração. A Companhia demanda retaliação e conquista o apoio da população da metrópole, através de competente propaganda. Finalmente é assinado um tratado para apaziguar a situação, porém só é dito que os ingleses poderiam deixar livremente os assentamentos holandeses. Mais fracos, os ingleses acabam por aceitar (MUKHERJEE, 1974, p.105-106).

Demonstrando sua força, a VOC durante 1653-54 suspende o comércio inglês em Surate, bem como o transporte de mercadorias de um ponto para outro nas Índias fica sob a vigilância. O tráfico em Bantam torna-se tão arriscado que fica impraticável. Neste momento em que os portugueses já haviam sido expulsos de Malacca (1640), os holandeses tornaram-se “complete masters of the Eastern Islands”³³.

Após os distúrbios internos na Inglaterra e a restauração dos direitos de monopólio, os ingleses começam a superar seus rivais, sendo um primeiro exemplo as indenizações pagas à Companhia em 1665 por incidentes da guerra Anglo-Holandesa de 1654. A partir daí, os ingleses consolidaram seus domínios na Índia, ao passo que os holandeses mantiveram-se nas ilhas, ambos poderosos, porém

³² “Ilhas das Especiarias”

³³ “completamente mestres das ilhas orientais” (MURRAY, 1860, p.144).

incapazes de suplantar o outro em seus próprios domínios (MUKHERJEE, 1974, p.108).

Com o auxílio adquirido com o tratado com Portugal, um a um os postos holandeses são tomados, sendo que em após a Batalha de Bedara em 1759, a oposição continental já não representava mais risco significativo. Neste ano a VOC organizou uma frota com destino a Bengala, a qual foi interceptada e derrotada. Este fato rendeu uma declaração de guerra por parte da Inglaterra, a qual claramente não era de interesse holandês, obrigando-os a se retirar da região de Nagore em 1773. O ano de 1782 marcou a tomada do assentamento holandês no Ceilão e finalmente em 1795 foram expulsos da Índia, bem como de sua posição estratégica no Cabo da Boa Esperança (MUKHERJEE, 1974, p.108-109).

3.7 A COMPETIÇÃO COM A FRANÇA E A GUERRA DOS SETE ANOS

A competição entre França e Inglaterra mostrou-se ainda mais violenta e aberta em comparação com os dois países tratados anteriormente. Como veremos a seguir, três fatores determinaram as feições desta rivalidade: a) os conflitos europeus que envolveram Inglaterra e França b) o fato de que a companhia francesa ter caráter estatal e principalmente c) a desestruturação do império Mogol, o qual anteriormente demandava que se mantivesse pelo menos uma aparência estritamente comercial nos conflitos armados.

Embora a primeira tentativa de criação de uma companhia das Índias orientais francesa tenha ocorrido em 1604, “La Compagnie des Indes Orientales” apenas surgiu em 1664, como um dos projetos de Colbert.³⁴ O fato de esta companhia ser estatal teve alguns inconvenientes não identificados em suas rivais. Aspectos políticos gerais da metrópole tiveram participação no insucesso final da Companhia, apesar da competência de alguns de seus agentes. Outro reflexo identificável é o fato de que protestantes não era permitidos nos quadros desta companhia (MUKHERJEE, 1974, p.111).

Em 1668 chegou a Surate a primeira expedição francesa, dando início ao que se tornaria uma muito conflituosa relação. Seguindo a tendência indicada pelo governo, no entanto, os diretores da Companhia, não adotaram uma postura

³⁴ Jean Baptist Colbert: ministro das finanças francês entre 1665 e 1683, durante o governo de Luís XIV.

imediatamente beligerante. Sendo assim, a primeira feitoria francesa foi estabelecida no mesmo ano na mesma cidade, também local da principal posição inglesa (MUKHERJEE, 1974, p.113).

Em princípio a companhia francesa não inspirou grande temor nos ingleses, pois apesar de seu capital e seus navios os franceses não demonstraram conhecimento daquele comércio, não indicando serem competidores competentes (MILL, 1858, p.65). A Companhia acreditou que, pelos próprios erros dos franceses, estes seriam removidos (MUKHERJEE, 1974, p.113).

Por outro lado um erro crítico cometido pelos ingleses viria a possibilitar a expansão francesa, bem como seus desdobramentos posteriores. Conquanto o império Mogol já demonstrasse seu declínio, ainda possuía mais capacidades que supunham os ingleses ao tentar prematuramente tomar o poder (1686-87). Foi declarada a expulsão dos ingleses do território e todas suas posições foram tomadas. Derrotada, a companhia sugeriu um retorno às condições anteriores, uma vez que a interrupção do comércio também reduziu as arrecadações do império³⁵. Entendendo que as pretensões inglesas haviam sido definitivamente frustradas, o imperador aceita um retorno às condições anteriores. O conflito, entretanto, trouxe grande prejuízo e possibilitou que os franceses tomassem posição no subcontinente (MUKHERJEE, 1974, p.113-114). Sobre o mesmo período Panikkar comenta que após as consequências desastrosas desta fantasiosa empreitada, a Cia estava em uma situação deplorável, e que para que o acordo fosse aceito a Companhia teve de prometer “não mais conduzir-se no futuro de modo tão infame” (PANIKKAR, 1977, p.67).

O século XVII não foi gentil com a companhia francesa. Em conflito também com os holandeses, sua influência, bem como suas capacidades, estava em declínio, chegando inclusive a vender suas licenças a outros. Este cenário mudaria em 1720 (MUKHERJEE, 1974, p.115).

Neste ano a burguesia mercantil francesa tomou novo interesse na região, reestruturando a instituição na “La Compagnie perpétuelle des Indes”. No ano seguinte esta companhia toma as Ilhas Maurício, catapultando seu poder naval, sabidamente um fator decisivo na região. Com este novo impulso, nas próximas

³⁵ A arrecadação alfandegária de Surate constituía a maior fonte de renda do império, estimando-se que rendesse meio milhão de rúpias por ano líquido, demonstrando a extensão da interconexão das finanças imperiais com as atividades da Companhia (MUKHERJEE, 1974, p.254).

duas décadas os franceses se estabeleceram de forma mais contundente em solo indiano (MUKHERJEE, 1974, p.115).

A declaração de guerra na Europa entre França e Inglaterra em 1744 teve seus reflexos na Índia na primeira “Guerra de Carnatic”³⁶. A sequência dos fatos é curta: 1) ingleses apreendem embarcações francesas, b) franceses sitiaram e tomam a cidade de Madras (Chennai), c) ingleses apelam para a autoridade local – Nababo de Carnac, Anwar-uddin – o qual ordena a devolução da cidade e envia tropas para Madras (Chennai), d) franceses vencem os locais, porém perdem a cidade para os ingleses, agora com sua frota reforçada, e) ingleses sitiaram Pondichery, f) guerra na Europa termina assegurando Madras (Chennai) aos ingleses (MUKHERJEE, 1974, p.116-117).

Desta conflagração duas conclusões devem ser retiradas. Primeiramente, as numericamente inferiores, porém melhores treinadas e equipadas tropas europeia eram capazes de vencer vultosas forças locais. Em segundo lugar, as forças navais mostraram-se novamente determinante nestes conflitos, quesito no qual apenas os europeus eram representativos (MUKHERJEE, 1974, p.116-117).

A segunda “Guerra de Carnatic”, iniciada em 1749 durando até 1754, é exemplar em dois dos pontos expostos no primeiro parágrafo desta sessão. Primeiramente, houve um forte envolvimento de ambas as companhias com questões sucessórias e conflitos locais. Embora os franceses tenham se antecipado na adoção desta estratégia, seus rivais ingleses logo entenderam a dinâmica do embate e tomaram também seus partidos.

Esta guerra basicamente indiana girou em torno da sucessão do Nizam de Hyderabad e do Nababo de Carnatic (o segundo subordinado ao primeiro). Ambas, a priori, não tiveram relação alguma com qualquer uma das duas companhias, porém a questão envolvendo de alguma forma as principais forças da região (Marathas, Mysore, Tanjore, Carnatic e Hyderabad) pareceu extremamente propícia para um aumento do poder político europeu na região.

Neste conflito, em resumo, os franceses aliaram-se as forças insatisfeitas/revolucionárias, ao passo que os ingleses tomaram parte ao lado dos dirigentes então estabelecidos. Embora o lado francês tenham tido uma participação inicial vitoriosa, com a ascensão de seu candidato em Hyderabad e sua participação

³⁶ “choque anglo-francês em Madras (Chennai), durante a Guerra da Sucessão Austríaca” (FRANK, 1977, p. 177).

reconhecida através de concessões políticas, a Companhia conseguiu o apoio de atores inicialmente afastados da guerra, quais sejam o Tanjore, o Mysore e os Marathas. Desta forma, os franceses viram-se coagidos. Mais uma vez a competência de Dupleix, dirigente francês na Índia, demonstrou-se, quando este conseguiu atrair os Marathas e Mysore para o seu lado. A este ponto a relativa equivalência das forças era evidente, descontentando os dirigentes metropolitanos (MUKHERJEE, 1974, p.120-125).

Em segundo lugar, o fato da companhia francesa ser estatal cobrou seu preço. Coincidentemente, os conflitos americanos de então levaram a França e renortear suas atividades, indicando aos dirigentes da companhia francesa o fim do longo e dispendioso conflito indiano, ordem a qual tiveram que acatar. Assim explica-se o tratado de 1754, favorável a Companhia e indicando que cada parte manteria o território que de fato possuísse no momento do acordo e que não haveria novas intervenções em questões políticas locais. Consciente então de sua recém-conquistada superioridade, os ingleses não tardariam a tomar a ofensiva. (MUKHERJEE, 1974, p.125-126).

A terceira e derradeira “Guerra do Carnatic” não tardou a eclodir. Já em 1755, a Companhia ameaçou tomar as posses do governador de Vallore, o qual exigiu o recuo inglês, no que foi atendido. Neste momento, os franceses não passavam também por uma boa fase, desamparados pelo governo central. Sua influência em Hyderabad também declina ao passo que, em 1756, é exigida a expulsão de todas as tropas francesas do Decão. Bussy – oficial líder das forças francesas na região – resiste e realizou a façanha de, até 1758, derrotar todas as forças de Hyderabad (MUKHERJEE, 1974, p.127).

Infelizmente para ele, em 1757 os ingleses conquistam o subah de Bengala, representando o leste da Índia e sua região mais próspera. Após a batalha de Plassey, na qual se determina a vitória naquela região, já estava virtualmente traçada a derrota francesa (MUKHERJEE, 1974, p.128).

Com o começo da “Guerra dos Sete Anos” (1756) na Europa, a Companhia atacou a posição francesa próxima a Calcutá, na região de Bengala. O nababo de Bengala, Siraj-ud-Daula, Alia-se então aos franceses, por não ter permitido o ataque em seu território. Sem receber os reforços esperados de Bussy, que estava em batalha no sul, a região foi dominada pelos ingleses. A guerra europeia traria, porém boas notícias também a companhia francesa (MUKHERJEE, 1974, p.128).

Decididos a dar nova atenção à disputa na Índia, o governo francês enviou polpudos reforços, liderados pelo general Lally, cuja habilidade militar era amplamente reconhecida. Embora estivesse concomitantemente obtendo bons resultados em Bengala, na guerra pela região do Carnatic, a Companhia em 1758 estava em situação desfavorável. Lally cometeu, todavia, uma série de erros diplomáticos e políticos, afastando seus colegas oficiais bem como o apoio de seus homens (MUKHERJEE, 1974, p.129-131).

Resumidamente, Lally lutou a guerra praticamente sem apoio, uma vez que a frota de d'Ache foi derrotada nos três confrontos com a companhia, retirando-se definitivamente da região. Ao mesmo tempo, a articulação com seus aliados locais sofreu falhas de comunicação que impediram a utilização conjunta de forças; os cercos planejados a posições inglesas falharam, seja por falta de munição seja por “comprometimento” das tropas, que em certo momento se amotinaram por falta de pagamento. Com a chegada de reforços ingleses vindos do norte, em 1761, Pondicherry, último reduto francês se rendeu (MUKHERJEE, 1974, p.130-132).

Embora tenha tido um bom começo, mesmo que tivesse tido melhor sorte em algum dos aspectos mencionados a cima, Lally teria tido um difícil trabalho neste conflito, principalmente dada a conquista inglesa de 1757, afinal “há uma boa dose de verdade na afirmação de um historiador de que ‘nem Alexandre, o Grande, nem Napoleão poderiam ter conquistado o império da Índia partindo de Pondicherry como base e competindo com uma força que detivesse Bengala e o domínio do mar’³⁷.”

Derrotada a companhia francesa, que se desfez formalmente em 1769, não havia mais concorrentes ao poder da Companhia na Índia. Os resquícios da passagem portuguesa e francesa mantiveram-se em Goa, Diu e Daman e em Pondicherry, Karikal, Mahe e Yanam respectivamente, porém timidamente e subservientes ao domínio inglês. A este ponto “as outras burguesias mercantis europeias entenderam plenamente que, agora retirar os ingleses da Índia tornara-se para qualquer potência europeia um sonho fútil”³⁸.

Este capítulo tratou sobre a origem da Companhia e seus competidores. Da primeira parte, que discute as relações da Companhia com a história inglesa, dois

³⁷ “There is a large element of truth in the remark of a historian, that ‘neither Alexander the great nor Napoleon could have won the empire of India by starting from Pondicherry as a base and contending with the power which held Bengal and the command of the sea.’ (MAJUMDAR, RAYCHAUDHURI, DATTA, 1953, p. 668-669, apud MUKHERJEE, 1974, p.132)

³⁸ “other European Merchant bourgeoisie had fully realized by then, it was now a futile dream for any European Power to oust the English from India.” (MUKHERJEE, 1974, p.133-134)

aspectos devem ser sublinhados: (1) a relação com o puritanismo e (2) a relação com o exército nacional.

Importa sublinhar, sobretudo tendo em vista a derrota da “invencível armada” que foram os canhões de bronze dos mercadores que asseguraram a reforma puritana de Isabel. Como se viu, o puritanismo e seu conteúdo ético são mais importantes para a disseminação dos valores do capitalismo que a ruptura com Roma realizada por Henrique VIII. Por esse percurso indireto, antes mesmo de existir enquanto tal, a Companhia associa-se a difusão de valores, portanto a hegemonia.

Para se compreender a importância da Cia para a construção do conteúdo ético do Estado da Inglaterra, importa igualmente sua posição em relação ao exército nacional proposto por Cromwell. Ainda que a pesquisa não tenha tido condições de obter a documentação necessária, que existe e é disponível, pode-se inferir pelas tentativas de Cromwell de flexibilização do monopólio seu intento de enfraquecer a Companhia. Do mesmo modo, pela via da inferência, pode-se concluir que os mercadores influenciam o parlamento para rejeitar o “New Model Army”, então proposto. Este perfil, de uma nação que depende apenas do mar para sua defesa, é uma das marcas indelévels que a Cia dá para as relações internacionais da Inglaterra.

Na segunda parte do capítulo tratou-se da competição com Portugal, Holanda e França. Neste caso assoma-se a importância dos estados e sua sorte na definição do resultado da disputa corporativa.

De pronto fica evidente que Portugal para além de suas debilidades, foi prejudicado pela sorte do estado português em virtude da União Ibérica. Se no Brasil esta facultou a ampliação do território luso através das entradas e bandeiras, o mesmo não se pode dizer dos domínios ultramarinos lusitanos na Ásia. Neste caso, Portugal foi triplamente prejudicado (a) pela União Ibérica; (b) pelo resultado adverso da guerra dos trinta anos e (c) pela guerra civil e com a Espanha (Guerra da Restauração) que se seguiu a dissolução da União ibérica. Deste modo para além das dificuldades de financiamento, do anacronismo em administração e do domínio das técnicas de comércio, a sorte de Portugal foi selada pela sorte do império lusitano.

No que diz respeito à Holanda, em grande medida deu-se o mesmo, como foi demonstrado no curso do capítulo, a Cia holandesa nunca foi sobrepujada pela

inglesa. Apoiava-se nas técnicas comerciais e no poderio de seus navios e canhões. Ao que tudo indica a companhia holandesa também informou sua sociedade de seu conteúdo ético: a relativa indiferença quanto à capacidade estatal.

Serve como ilustração a conquista francesa. Diferentemente do que se deu na guerra com os Habsburgos em que estes tiveram de enfrentar um povo em armas e não puderam derrotar os holandeses (chave para a derrota dos Habsburgos), na luta contra a França revolucionária o país ficou dividido e através da “República Batava” tornou-se um satélite da França.

Para além de qualquer dúvida há o fato: a batalha de Camperdown. Foi quando a Holanda perdeu sua frota. Na Holanda, que não é uma ilha, a ausência do exército revelou-se mortal. E, como em Portugal, a sorte do domínio ultramarino foi decidida pelo destino do Estado. Ainda em 1795 a Companhia Inglesa das Índias Orientais assumiu Malaca. Em 1801, a companhia inglesa fundou Singapura, conquistando a chave do comércio com a Ásia que se move em direção à China.

O adversário mais temível da Companhia, em virtude de sua capacidade estatal acabou sendo a França. Muitas vezes a companhia francesa foi prejudicada, conforme assinalado no curso do capítulo, pelas conveniências políticas do estado francês. Entretanto, é a única que no curso no século XVIII persiste desafiando a Inglaterra no sul e leste asiático. Mais uma vez, a fragilidade do estado foi determinante no desfecho da competição. Diferentemente dos ingleses, que sempre puderam contar com sua marinha (navios da própria Cia) as tropas francesas inúmeras vezes se viram prejudicados pela ausência de suprimentos e meios de transporte proporcionados pela frota.

Todavia, há um fator adicional. A técnica de dominação utilizada na Índia. Neste caso, os ingleses revelam maestria aplicando um modelo que mistura um apelo à liberdade e autonomia com intriga. Movendo com astúcia entre os potenciários indianos para minar as posições francesas. Este é o assunto do próximo capítulo.

4 A CONQUISTA DA ÍNDIA

A seguir aborda-se a estruturação social indiana encontrada em 1608, quando do primeiro contato da Companhia em Suricate através de seu representante Willian Hawkins, bem como o processo através do qual esta se alterou ao longo dos aproximadamente 200 anos em questão, nos quais a Companhia torna-se senhora incontestada do subcontinente.

4.1 A COMPANHIA CHEGA À ÍNDIA

Ainda que não seja possível aqui se empreender um estudo exaustivo sobre as complexas e variadas estruturas sociais locais indianas, cabe discutir o chamado “sistema de vilas”, modelo tradicional comum na grande maioria do território indiano. As vilas constituíam unidades tecnicamente autossuficientes e auto-administráveis, subordinadas, contudo, ao pagamento de impostos à autoridade dominante da respectiva região, bem como a sua autoridade militar. Tal sistema caracterizava-se também pela imutabilidade social, apoiada pelo sistema de castas, derivado das categorias do Varna.

Dada esta conformação, a sucessão de conquistas de diferentes dinastias tendencialmente não alterava as rotinas das comunidades e isto tornava mais suaves as transições. Esta característica viria a ser favorável à Companhia quando, próximo ao fim do século XVIII, esta conquistou territórios e o direito de sobre eles arrecadar impostos (MUKHERJEE, 1974, p.173).

Inicialmente é válido salientar o desenvolvimento manufatureiro e comercial interno indiano, independente do comércio direto com a Europa, e desta forma da atuação das potências europeias na região. Por fatores alheios ao escopo do presente trabalho, evidenciou-se um aumento do volume e da importância dos comerciantes na sociedade indiana, já claro antes mesmo do governo de Akbar, período considerado o apogeu do império Mogol (1556-1605). Em caráter ilustrativo, porém, poderia citar a exigência no período de Akbar do pagamento de tributos em dinheiro, aumentando assim a circulação de mercadorias (MUKHERJEE, 1974, p.181). Embora as causas deste fenômeno sejam aqui de importância secundária, suas consequências foram de fato relevantes.

A Índia foi a princípio, e durante um período relativamente longo, um

fornecedor de mercadorias para venda na Europa pela Companhia. Para tanto, é autoexplicativa a existência de produtores e mercadores que a pudessem abastecer: “Um dos fatores mais importantes na história econômica da Índia no período em questão (Mogol) foi à extensiva e variada atividade industrial das pessoas, as quais além de suprir as necessidades da aristocracia e dos mercadores locais, conseguia atender a demanda de comerciantes vindo da Europa e outras partes da Ásia”.³⁹ “De longe a indústria na Índia mais importante neste período era a manufatura de tecidos de algodão. (...) O país todo de Orissa a Bengala Oriental parecia uma grande feitoria de algodão”⁴⁰.

Para estes, a ocorrência do comércio europeu, mesmo que intermediado, foi benéfico, uma vez que na Índia o desenvolvimento marítimo e naval não foi observado na mesma escala que na Europa, nem por governos nem por particulares. Não por acaso as sucessivas potências europeias que surgiram na região encontraram receptividade para a sua busca de atividades comerciais (MUKHERJEE, 1974, p.216). Prova desta ausência de forças navais está na narrativa acima acerca dos conflitos entre as potências europeias pela região.

O aumento da mobilidade dos mercadores também aumentava significativamente já nos séculos XV e XVI, não só por empreendimentos privados quanto por ações de governo. Sobre os primeiros vale-se dizer que estes se organizaram em guildas (as quais, principalmente no sul, recebiam apoio das respectivas monarquias) que frequentemente cruzavam limites políticos. Aos segundos, couberam os feitos de maior porte: canais e estradas, segurança e moeda. Os canais além de aperfeiçoar a agricultura através da irrigação também disponibilizavam uma via de acesso do interior às cidades maiores e centros comerciais, mesma função das estradas então construídas. A segurança foi reformada de forma que chegou a ser dito que “uma velinha com uma cesta cheia de ouro poderia dormir com segurança em terreno aberto a noite sem a proteção de um

³⁹ “...one of the most important factors in the economic history of India during the period under review [the Mughal Period] was the extensive and varied industrial activity of people, which besides supplying the needs of the local aristocracy and merchants could meet the demands of traders coming from Europe and other parts of Asia.” (MUKHERJEE, 1974, p.195).

⁴⁰ “By far the most important industry in India during this period was the manufacture of cotton cloth. (...) The whole country from Orissa to East Bengal looked like a big cotton factory” (MAJUMDAR, 1953, p. 572-574, apud MUKHERJEE, 1974, p.207). Tradução do autor. Notar que a palavra “factory” pode tanto referir-se tanto a feitoria quanto a fábrica. Ambas seriam adequadas ao objetivo de apontar a importância do algodão e seus derivados na economia local de então.

guarda”⁴¹. Desta forma os comerciantes podiam transitar de forma relativamente despreocupada, logicamente favorecendo a circulação de bens e dinheiro. Por último, houve iniciativas de se padronizar as cunhagens das moedas de forma a torná-las aceitáveis o mais universalmente possível (MUKHERJEE, 1974, p.191-194). Além disso, podemos ressaltar também o desenvolvimento de grandes cidades (em oposição às vilas tradicionais) como centros de troca e comunicação tanto no norte quanto no sul do território indiano (MUKHERJEE, 1974, p.211).

Parte desta atenção destinada por parte dos governantes ao desenvolvimento do comércio pode também explicar-se pelo seu engajamento em atividades comerciais. O próprio Akbar foi um comerciante, e não apenas os imperadores, mas também seus familiares partilhavam destes interesses. Um caso claro da influência das atividades privadas dos mandantes no comércio local como um todo foi o fato de que, durante o governo de Jahandir (sucessor de Akbar) o governador Mogol de Surate comerciava através dos portugueses, impondo grande empecilho à ascensão da influência inglesa na corte (MUKHERJEE, 1974, p.203-204).

A ação portuguesa pode, por outro lado, também ser vista como uma das razões pelas quais a Companhia foi autorizado estabelecer-se na região. Após terem expulsado os árabes do comércio indiano, os portugueses afirmaram, por hora, sua supremacia naval e desta forma sua exclusividade, chegando inclusive a coagir as autoridades locais a ponto de, através do poder naval, capturar Goa e outras cidades costeiras. Os mogols, assim como outros reinos menores, entendiam, no entanto, que este virtual monopólio lusitano não era a melhor alternativa para sua arrecadação, e por que não também para a sua autonomia. Dada então a impossibilidade dos indianos reverterem a situação nos mares por suas próprias forças, a presença inglesa parecia adequada como contraponto competitivo (MUKHERJEE, 1974, p.219-220).

Concomitantemente ao crescimento dos mercados e de seus produtores, fator econômico que ajudou a transformar o tradicional sistema, é válido também mencionar a transformação cultural, e da contestação por vezes do sistema de castas, bem exemplificado pelo movimento Bhakti. “Como a Reforma Protestante na Europa no século XVI, houve uma Reforma religiosa, social e literária na Índia,

⁴¹ “... an old woman with a basket of gold could safely sleep in the open plain at night without a guard...” (Haig, 1937, p. 57, apud, 1974, p.193).

porém mais evidente no Decão nos séculos XV e XVI”⁴².

4.2 A COMPANHIA E O PERÍODO MOGOL

Como já referido anteriormente, durante o século XVII - qual seja, o período de disputa entre a Companhia, português e holandês - foi marcado pela capacidade do Império Mogol de impor-se sobre seu próprio território⁴³. Quando da chegada de Hawkins, o império cobria todo o norte da Índia e boa parte do Decão, dominando posteriormente praticamente todo o subcontinente. Sendo assim, seria com este ou algum de seus representantes que a Cia teria de lidar. É importante lembrar que aparentemente os grupos locais não demonstravam preferência específica por qualquer das potências europeia, a menos que o acordo favorecesse claramente aos indianos (MUKHERJEE, 1974, p.222).

Tendo em vista a consistência do Império, a diplomacia de primeira utilidade para a obtenção de concessões comerciais. Assim como operavam em sua própria casa na Inglaterra, presentes, subornos e astúcia eram suas armas para com os poderosos locais (MUKHERJEE, 1974, p.222). Embora Hawkins já tivesse sido capaz de assegurar a abertura do comércio, as diretrizes da Cia demonstravam que apenas isto não seria o suficiente. Para aprofundar as concessões, pressionar por um tratado de “livre comércio” e superar o “lobby” português/jesuíta na corte, é enviado, o também supracitado, Sir Thomas Roe como embaixador na corte mogol, credenciado pelo próprio rei Jaime I. Como detentor de ações da Companhia parecia interessante também para o rei investir no sucesso da empreitada (MUKHERJEE, 1974, p.224).

Roe conseguiu certa evolução, na medida em que o imperador demonstrou simpatia pela Companhia, porém não a deu posição superior aos demais, indo então ao encontro do interesse indiano, anteriormente mencionado, de estimular a concorrência europeia. O embaixador sinalizou ainda a necessidade de se ter agentes na corte de origem local, sendo que estes serviriam a Cia de forma muito mais eficaz do que um diplomata tradicional (MUKHERJEE, 1974, p.225).

⁴² “Like the Protestant Reformation in Europe in the 16th century, there was a religious, social, and literary revival and Reformation in India, but notably in the Deccan in the 15th and 16th centuries” (Sarkar, 1919, p.13-14, apud Mukherjee, 1974, p.183)

⁴³ Notar episódio da tentativa de tomada do poder pela Cia, a qual sai derrotada, narrado na sessão 3.4.3.

Neste momento, porém a presença inglesa espalhou-se sendo criadas novas feitorias, inclusive em Agra, sob o controle do presidente e do conselho da feitoria de Suricate, os quais também controlavam o comércio com o mar vermelho e com a Pérsia. Bombay (Mumbai) (Mumbai) foi, em 1668, transferida pelo rei para a Companhia. O rei a recebera por sua vez dos portugueses como parte do dote de seu casamento com Catarina de Aragão. Em breve esta nova posição superaria Suricate como principal ponto inglês na costa oeste (MUKHERJEE, 1974, p.225). Bombay (Mumbai) (Mumbai) viria a receber a sede social da Cia, previamente em Suricate, pois nesta última a Companhia estava “muito à mercê dos príncipes indianos” ao passo que “os canhões dos navios podiam facilmente defender Bombay (Mumbai) (Mumbai)” (PANIKKAR, 1977, p.67).

A questão no sul da Índia mostrou-se um pouco diferente, uma vez que lá o poder dos mogols não era tão definitivo, havendo desta forma algumas outras autoridades que deveriam ser convencidas a conceder as tão cobiçadas concessões. Tais documentos puderam ser providenciados, todavia alguns tributos cobrados localmente e não pela autoridade superior ainda tinham de ser cobrados. A solução foi à concessão/arrendamento de Madras (Chennai) para a Cia por parte da autoridade Chandragiri. Madras (Chennai) viria a representar uma posição fundamental na costa do Coromandel (sudeste), conforme demonstrado nas “Guerras de Carnatic”. Da mesma forma feitorias difundiram-se pelo território e outros direitos de comércio foram sendo “comprados”, inclusive na região de Bengala (MUKHERJEE, 1974, p.226-228).

Foi neste cenário de expansão de sua influência que ocorreu o ataque inglês ao mogols em Bengala, do qual os primeiros saíram derrotados. Os efeitos deste evento já foram comentados, porém vale dizer que a experiência sugeriu a Companhia trabalhar pela fundação da feitoria de Calcutá, esta mais próxima do mar e assim das principais capacidades militares inglesas no momento. Apenas em 1690, concluíram-se finalmente os acordos que praticamente trouxeram de volta a mesma condição de 1651, antes do começo das hostilidades. Dito isto, estavam então constituídas as três “bases” que sustentariam as ações inglesas: no oeste Suricate e Bombay (Mumbai) (Mumbai), no sul/sudeste Madras (Chennai) (Forte de São Jorge) e no leste Calcutá (Forte Willian) (MUKHERJEE, 1974, p.229-232).

Já o século XVIII, notabilizado pelo declínio do Império Mogol, que a rigor passara de seu ápice após o Governo de Akbar; testemunhou inúmeras guerras

locais e a disputa entre as companhias francesa e inglesa, ambas frequentemente envolvidas nas referidas guerras.

Tendo como justificativa os conflitos entre mogols e marathas outros confrontos, a Cia incrementou suas capacidades militares. Já no final do século XVII, tomavam-se medidas apontando para a dominação direta da Índia, objetivo deslumbrado para um futuro não muito distante (MUKHERJEE, 1974, p.252). Entre 1715-1722, por exemplo, Bombay (Mumbai) (Mumbai) foi murada, sua frota naval reforçada e as capacidades militares incrementadas em todos os sentidos como resposta a ação de um capitão Maratha. A partir daí o poder regional da Cia passou a prosperar (MUKHERJEE, 1974, p.255).

Em 1715 é então estabelecida na capital imperial uma embaixada da companhia na corte, visando garantir e aprofundar os privilégios usufruídos pela Cia. Esta viria a ser extremamente exitosa, pois conseguiu, em 1717, uma garantia do próprio imperador de que seus privilégios seriam mantidos e aprofundados, também seria permitido à Cia que se expandisse ao redor de Calcutá, estaria liberada de pagamentos alfandegários em Surate e as moedas cunhadas pela Companhia em Bombay (Mumbai) (Mumbai) teriam validade no território mogol, entre outros (MUKHERJEE, 1974, p.254)⁴⁴.

Conforme apontado anteriormente, a tomada de Bengala pela Companhia foi determinante para a consolidação da supremacia inglesa, tanto sobre os demais atores locais quanto sobre a principal concorrente europeia do momento. Por esta razão esta será descrita em um nível um pouco maior de detalhamento.

Dentre as concessões obtidas em 1717, estava a isenção de impostos em Bengala, inclusive no deslocamento terrestre das mercadorias, tradicionalmente uma importante fonte de arrecadação do nababo local. A reivindicação que em última instância traria a queda do nababo seria um retorno das condições anteriores a esta concessão (MUKHERJEE, 1974, p.257-259).

Da mesma forma que o Decão, Bengala constituía um Subhadar subordinado nominalmente ao imperador mogol, embora para efeitos práticos o nababo tivesse a autoridade sobre seu território. Esta unidade era, no entanto, marcada pela instabilidade política e inúmeras intrigas e conspirações, principalmente no que tange a processos sucessórios (MUKHERJEE, 1974, p.259).

⁴⁴ Esta garantia foi resultado da simpatia imperial obtida pela Cia, quando o médico inglês presente na referida embaixada curou o imperador de uma dolorida doença (Mukherjee, 1974, p.254).

Quando da ascensão de Suraj-du-daulah em 1756, as relações com a Cia já não estavam em seus melhores dias. Claros exemplos das razões para tanto foi o armamento e fortificação de Calcutá, supostamente para proteção contra a companhia francesa, sem mesmo o nababo ser notificado⁴⁵, ou a proteção dada pelos ingleses a outro aspirante ao mesmo trono (MUKHERJEE, 1974, p.260).

Negando-se a demolir suas recentes fortificações e apoiando seus inimigos, o nababo decide então atacar as posições inglesas em Bengala, tomando Calcutá em 1757. Concomitantemente o mesmo consegue eliminar suas principais duas oposições internas. Aparentemente com um começo promissor, o jovem nababo cometeu o erro crucial de não manter uma forte posição em Calcutá, não prevendo uma tentativa de retomada da posição por parte dos ingleses (MUKHERJEE, 1974, p.261-262).

Esta tentativa ocorreria e seria vitoriosa ainda no mesmo ano. Aliados a algumas das mais influentes personalidades de Bengala, como banqueiros, mercadores e mesmo o oficial então responsável por Calcutá, os ingleses ganharam tempo enquanto tropas de Madras (Chennai) eram enviadas sob o comando de Robert Clive e do almirante Watson⁴⁶. Quando Clive marcha para Calcutá, consegue retomá-la sem grandes problemas, uma vez que o comandante adversário era na verdade um aliado, o qual se retira da batalha (MUKHERJEE, 1974, p.263).

A partir daí, o nababo Siraj-ud-daulah, perdeu sua iniciativa, tornando-se reativo e inseguro. Sua imagem também foi muito enfraquecida pelo tratado concedido pelo nababo após a tomada por Clive de Calcutá, concedendo a Companhia todo o quanto foi solicitado, incluindo a possibilidade de fortificar da posição conforme lhes conviesse bem como uma indenização pelos danos causados por esta sequência (MUKHERJEE, 1974, p.264).

Com o início da Guerra dos Sete Anos as hostilidades com a França trouxeram um novo elemento para esta disputa. O nababo então se mostrava supostamente imparcial, favorecendo apenas a convivência no território e contrário a qualquer tipo de conflito europeu em Bengala. Embora explícita a contrariedade do governante local, os inglês liderados por Clive e Watt tomam a posição francesa de

⁴⁵ O nababo chegou ao trono entre a segunda e a terceira “Guerra de Carnatic”, que embora tivesse como palco mais específico a região mais ao sul, provocava preparativos em qualquer lugar onde o conflito fosse possível, ainda mais em uma região tão capital quanto Bengala.

⁴⁶ Tais tropas também estavam praticamente prontas para a ação para o caso de um conflito com os franceses.

Chandernagore⁴⁷. Neste caso também, não é claramente explicada a postura das tropas indianas, uma vez que havia um grande contingente próximo a Chandernagore, que mais uma vez não se coloca em ação (MUKHERJEE, 1974, p.264).

Apesar das vitórias até o momento, a Companhia temia um nababo em Bengala aliado a França, que tecnicamente poderia enviar reforços e complicar a situação. Desta forma mais uma vez uma conspiração organizou-se para elevar ao trono um aliado, no caso o general Mir Jafar. Questionado pelo nababo, Mir Jafar negou sua participação na trama. Satisfeito, o nababo então se prepara para enfrentar os ingleses e afirma a liderança de suas forças a Jafar. O general, no momento do confronto com Clive em Plassey, aparece apático e influencia o nababo a tomar decisões estrategicamente perdedoras, que culminam com a fuga das tropas indianas, inclusive a do próprio nababo. Mir Jafar dirigiu-se então para Murshibadah – sede do governo de Bengala – onde, dias depois, recebe Robert Clive e é proclamado Subhadar de Bengala. O antigo Subhadar, Siraj-ud daulah é capturado e morto (MUKHERJEE, 1974, p.265-268). Panikkar descreve o incidente de Plassey não como uma batalha, mas como uma transação através da qual a Companhia comprara o nababato (PANIKKAR, 1977, p.104).

O tratado então assinado por Mir Jafar e a Companhia concede a Companhia o direito de realizar suas atividades em praticamente todo o leste da Índia, o direito de coleta de impostos em ampla área e, entre outros benefícios, polpudas somas seriam a ela conferidas para manutenção de suas forças e como indenização pelos prejuízos causados. Após esta conquista não restara qualquer poder, local ou estrangeiro que pudesse remover a Companhia de suas posses (MUKHERJEE, 1974, p.268).

Na Inglaterra o novo contexto iniciado pela batalha também não passaria despercebido. Nos trinta anos que seguiram a vitória de Plassey, “a East India House⁴⁸ esteve no centro, tanto da economia quanto da governança britânica, uma monstruosa combinação de mercador, banqueiro, conquistador e power broker⁴⁹ 50

⁴⁷ Não devemos esquecer que a Companhia era de fato uma empresa. Desta forma quando Clive tomou a posição francesa de Chandernagore, as ações da Companhia subiram 12% (ROBINS, 2002, p. 83).

⁴⁸ Sede da Companhia em Londres.

⁴⁹ Espécie de lobista, ou força capaz de arrecadar votos.

⁵⁰ “East India House lay at the heart of both the economy and governance of Britain, a monstrous combination of trader, banker, conqueror and power broker” (ROBINS, 2002, p. 83).

Os espólios arrecadados por soldados e oficiais formaram uma nova classe, chamada de “nabobs” – corruptela em alusão ao termo “nababo” ou “nawab”. Em 1780, cerca de 10% do parlamento era composto por “nabobs”, sendo que ambos os primeiros ministros Willian Pitt, tiveram suas carreiras políticas sustentadas pela fortuna de seu antepassado (avô para um e bisavô para o outro), Thomas Pitt, governador de Madras (Chennai) no começo daquele século (ROBINS, 2002, p. 83). É interessante neste momento observar, a luz da origem da fortuna dos Pitt, que foi durante a administração de Willian Pitt, o jovem, que se aprovou o Ato de 1784, o qual inseria na administração da companhia um conselho de controle, respondendo diretamente ao parlamento. Porém, sabendo que Thomas Pitt iniciara suas atividades na Índia como um “intruso”, pode-se analisar mais profundamente o ato aprovado por Pitt.

De volta à Índia, do declínio do Império Mogol consolidaram-se, em suma, duas forças: os Marathas e a Companhia, considerando-se a derrota francesa nas “Guerras de Carnatic” (MUKHERJEE, 1974, p.256) e após a batalha de Plassey já se desenhava o desfecho deste confronto. Em 1765, após a vitória em breve guerra contra o Subhar de Oudh, que então também se tornara dependente da Cia, esta consegue junto ao imperador mogol, uma carta lhes assegurando a administração de Bengala. Embora o imperador não possuísse capacidades de impor suas resoluções, nominalmente ainda existia uma vasta gama de reinos e províncias supostamente a ele subordinados. Lançando mão do mesmo instrumento, a Companhia obtém então legitimidade para administrar a região (MUKHERJEE, 1974, p.269).

4.3 A CONSOLIDAÇÃO DA CONQUISTA

Um a um todos os reis e nababos viriam a ser controlados pela Companhia. O primeiro passo foi o domínio do Mysore ao sul da Índia, próximo à conturbada região do Carnatic. Durante o período das “Guerras de Carnatic”, o reino do Mysore fortaleceu-se, preocupando tanto ingleses quanto o Nizam de Hidarabad quanto os marathas. Para subjugar-lo completamente foram necessárias quatro guerras em que esta aliança atuou⁵¹. A França também atuou por vezes a lado do Mysore, como

⁵¹ As guerras ocorreram intermitentemente, começando a primeira em 1766 e a última terminando em 1799.

último recurso para obter alguma representação consistente na região e também para prejudicar a Inglaterra, com quem estava em guerra na Europa (MUKHERJEE, 1974, p.270-271).

O Mysore após todos os conflitos manteve-se nominalmente independente, sob o governo de uma antiga dinastia hindu. Por outro lado o Governador-Geral da Companhia teria o poder de assumir completamente a administração interna caso não estivesse satisfeita com alguma atitude. Além disso, o Governo do Mysore aceitou uma condição que seria conhecida como “aliança subsidiária” (MUKHERJEE, 1974, p.272).

Em 1798, chega à Índia o Governador Geral Lord Mornington (futuramente Marquês de Wellesley e irmão mais velho do duque de Wellington) o qual implantaria em todos os estados que tentasse manter sua independência a “aliança subsidiária”. Este instrumento extremamente eficaz consistia de cobrar taxas dos governos para a manutenção de tropas da Companhia em seus territórios, supostamente para proteção. Desta forma os estados eram nominalmente independentes, porém os interesses da Companhia eram garantidos e esta ainda recebia pela manutenção do seu próprio instrumento de controle. Com a transferência por parte do Nizam de sua parte do Mysore para a Companhia, esse estado era agora completamente cercado pelos britânicos, sem possibilidade de acesso direto ao mar (MUKHERJEE, 1974, p.272-273).

A vitória sobre o Mysore teve sua importância quanto sua ótica relativizada por Keegan. Diferentemente de Mukherjee, ele comenta que o crescimento do poder da Cia teria estagnado nos aproximadamente trinta anos entre o fim da Guerra dos Sete anos e a segunda guerra Anglo-Maratha. Aponta ainda que neste período, “os feudatários da moribunda corte Mogol tinham realizado escaramuças com a Companhia das Índias, às vezes cedendo algum território, mas, em geral, colocando os britânicos contra os franceses em proveito próprio” (KEEGAN, 1999, p.128).

Concomitantemente, em 1774 ocorreu a “Guerra de Ruhela”⁵², contra os “ruelas” no norte, de forma a fortificar definitivamente tal fronteira. Além da natural preocupação de fronteira, este ato foi planejado visando blindar a região contra uma possível invasão russa pelo Afeganistão, que, ao fim, nunca ocorreu (MUKHERJEE, 1974, p.135).

⁵² “Ruhela War”

Durante os conflitos com o Mysore também, a relação da Cia com os Marathas se deteriorou. O imperador Mogol que havia negociado anteriormente com os ingleses e recebera destes os territórios onde habitava aliara-se agora com os Marathas. Mais uma vez a tática adotada seria a de tomar o partido de algum postulante ao trono – no caso o título de Peshwa – e, assim como no caso do Mysore, foram necessários mais de um conflito para determinar a relação de poder, neste caso três (MUKHERJEE, 1974, p.273-276).

A primeira Guerra Anglo-Maratha (1777-83) ocorre desta forma, tendo um desfecho favorável à Inglaterra, porém insuficiente, uma vez que seu “candidato” saíra da disputa. O Peshwa vencedor não tardou a ser assediado por outros chefes marathas, levando-o a buscar auxílio na Cia. A mesma logicamente concordou, assegurando uma “aliança subsidiária” em 1802. Tal situação não perduraria por muito tempo, e em 1803, começa o segundo conflito. Neste embate notabilizou-se o general Wellesley, o qual viria a ser conhecido como duque de Wellington (MUKHERJEE, 1974, p.273-276). A participação exitosa de Wellesley nos conflitos indianos, além de o prepararem para as batalhas que enfrentaria na Europa, o investiu de um prestígio que muito o favoreceu politicamente quando de sua volta a Londres, onde viria a atuar no parlamento em Westminster⁵³ (KEEGAN, 1999, p. 130).

Embora Wellesley e seu colega, Lord Lake, tenham resolvido a questão com as principais forças marathas, a guerra prolongou-se em razão da variedade de lideranças dos inimigos. Este caráter que tornava os confrontos tendencialmente extensos claramente desagradava à diretoria da Cia, que, no entanto, decidiu por abster-se temporariamente, até o início da terceira e última guerra em 1817 (MUKHERJEE, 1974, p.273-276).

Este hiato foi aproveitado pela Companhia para dominar uma série de governos menores. Em 1816 o governo independente do Nepal foi submetido, estendendo os domínios ingleses até as montanhas. Entre 1817 e 1818 foram derrotados os Pindaris e os Pathan alargando a área britânica sobre Rajputana (noroeste) e a Índia central (MUKHERJEE, 1974, p.275).

Como mencionado a terceira e última guerra contra os marathas ocorre então em 1817. Neste momento o Peshwa entende a situação em que se encontra, dada a

⁵³ O duque já havia participado do parlamento anteriormente, no entanto, em Dublin. Este por sua vez foi extinto em 1800 (f, 1999, p. 130).

aliança com a qual concordou. Uma aliança entre os marathas é formada finalmente, porém neste momento as capacidades militares inglesas não podiam ser batidas. Neste mesmo ano o Peshwa é vencido e seus domínios anexados a província de Bombay (Mumbai). Alguns de seus aliados puderam manter seus territórios nominalmente, embora da mesma forma subordinada já esclarecida (MUKHERJEE, 1974, p.275-276).

Até meados do século XIX as últimas tribos e reinos menores, principalmente no norte, foram incorporados de uma das duas formas até aqui apresentadas, seja por domínio direto, seja por explícita submissão de autoridades supostamente independentes. A Companhia tornara-se então, o mestre incontestado da Índia.

Neste capítulo procurou-se descrever a luta e o triunfo da Companhia para conquistar a Índia. Do exposto pode-se concluir que fatores de três ordens contribuíram para a vitória inglesa: (a) de ordem econômica (b) de ordem política (c) de ordem militar.

Como já salientou Marx, a principal “arma” utilizada pela Inglaterra foram os preços baixos de suas manufaturas. Foi justamente o preço baixo do produto britânico o que desorganizou a estrutura indiana de vilas, baseada em grande medida em confecções. À destruição da base econômica, se seguiu a desagregação política e social do sistema de aldeias, até então chave na continuidade dos diferentes domínios pelos quais a Índia havia passado (MARX, 1975 p.333-334).

A desestruturação da economia local e a crise social tornaram o custo político da relação do ocidente insuportável para o Império Mogol. Em uma primeira fase, a desagregação econômica, social e política irá beneficiar o próprio conquistador. Restou a tarefa, relativamente fácil nestas condições, de jogar um potentado contra o outro, uma facção contra outra, em suma, dividir para dominar. Para além da intriga havia uma verdadeira “engenharia não física” que foi aplicada de forma metódica e sistemática. Ilustra a assertiva a construção das “alianças subordinadas” pelas quais o próprio custo econômico da dominação militar era rateado pelos dominados.

A derrota dos demais potentados, entre os quais podem se incluir os Maratas, pode ser explicada por razões de ordem militar. O futuro duque de Wellington, colocou em campo o estado da arte dos exércitos europeus, o que tange o emprego das armas combinadas, incluindo-se a artilharia ligeira rebocada. Parece curioso que Wellington tenha vencido os Maratas com as mesmas manobras que celebrizaram

Napoleão na Europa, e diante do próprio corço, em Waterloo tenha feito uso do sistema lusitano de guerra estática, protegendo-se atrás da crista montanhosa (KEEGAN, 1999, p.117-119). Neste caso, importa reiterar o fator que permitiu a derrota dos franceses: a mobilidade estratégica e o domínio das linhas exteriores, facultado pelos navios da Companhia.

Mais tarde, em um período que vai além do que este trabalho pretende examinar, os custos econômicos sociais e políticos da dominação recaíram sobre a própria Companhia, tendo como emblema a “Rebelião dos Cipayos” que no ano seguinte conduziu a sua estatização. Ainda assim a Companhia lançou de modo indelével com o domínio da Índia, do estreito de Malaca e de Singapura, as bases para o domínio britânico no sul e no leste asiático. Em 1842 os canhões da Companhia abririam as portas da China, última civilização tributária remanescente, para o comércio inglês. Pode-se dizer que a Companhia Inglesa das Índias Orientais lançou todos os fundamentos que iriam presidir o Império Britânico formalizado em 1877.

5 CONCLUSÃO

A Companhia das Índias Orientais foi sem dúvida um elemento de primeira ordem no desenvolvimento inglês. Externamente, as demais potências europeias viram suas ambições no subcontinente indiano naufragarem em decorrência das ações da Companhia. Internamente esta instituição foi crucial na adoção de um modelo de expansão comercial e econômica que contribuiu de forma determinante para que a Inglaterra pudesse alçar-se à posição hegemônica em que se encontraria posteriormente no século XIX.

Lançando mão de todos os instrumentos disponíveis, a Companhia inicialmente influenciou e posteriormente determinou os rumos do desenvolvimento político, econômico e social indiano. Guiada pelos princípios do monopólio doméstico e das concessões dos governos de suas áreas de atuação, a Companhia levou a ideia de “comprar barato e vender caro” às últimas consequências. Agia da forma que julgasse necessária para assegurar os dividendos de seus acionistas.

Um dos instrumentos mais recorrentes utilizados pela Companhia foi a “diplomacia”. Seja pela ação de embaixadores acreditados pelo rei, seja pela ação de seus próprios agentes, a exitosa atuação da Cia nas intrigas entre os governos locais e estes e as demais companhias europeias, foi um dos principais fatores do sucesso. Nenhuma das demais companhias ou países reuniu os predicados suficientes para competir com a Companhia inglesa no âmbito da análise das forças atuantes e então das alianças vencedoras.

No que tange a competição da Companhia com os demais europeus, ficou clara, além da recém-destacada superioridade diplomática e do modelo de empreendimento adotado, o papel cumprido pelos Estados. Portugal foi alijado no ainda no século XVII, por conta da União Ibérica e da Guerra de Restauração. A contenda prosseguiu com a Holanda e a França. A primeira foi eliminada ao fim do século XVIII em virtude da revolução de 1788 e da invasão francesa de 1795. Lutando ao lado dos franceses a frota holandesa não revelou sua proficiência habitual e acabou selando a sorte definitiva da Holanda na batalha de Campertown. O século XVIII assistiu a derradeira competição, restou apenas a França. Desta feita o resultado da guerra dos Sete Anos (terceira guerra do Carnatic) encarregou-se da definição. Verdade que graças a sua capacidade estatal a França se mantém como grande potência e ainda compete ativamente com a Inglaterra na “era dos impérios”.

Contudo, já em 1817 (Waterloo havia sido em 1815) a Companhia consegue obter a conquista da Índia.

Em que pese ter se beneficiado do apoio do Estado, a companhia francesa nem sempre extraiu apenas benefícios desta relação. Como empresa estatal estava sujeita as conveniências das políticas de estado, que nem sempre coincidiam com suas políticas comerciais. Temos um exemplo disto na segunda guerra do Carnatic (1749-54) em que a companhia francesa viu-se abandonada pela marinha que teve o continente americano definido como frente de atuação prioritário. Este é um dos exemplos onde se sobressai a superioridade da autonomia gozada pela Companhia inglesa, de caráter privado. Tal atitude nunca seria tomada pelos ingleses, uma vez que este comércio (e os lucros dele provenientes) constituía a atividade primordial da Companhia. Vale ainda ressaltar que foi durante a primeira “Guerra do Carnatic” que se provou que tropas europeias, mesmo numericamente inferiores, seriam, por serem mais bem treinadas e equipadas, capazes de derrotar os exércitos locais.

A relação do interesse público e privado foi de tal forma entrelaçada que possibilitou a existência de uma companhia nestes moldes. Por vezes tornou-se difícil determinar quando a história da Companhia era influenciada pelo desenvolvimento político inglês ou quando esta desenhava tal desenvolvimento. Esta linha de raciocínio confirma-se tanto em linhas gerais como na adoção de “sistemas amplos” como o mercantilismo, quanto a nível “intermediário” como na ascensão da nova classe de “nabobs” enriquecidos e atuantes no parlamento, quanto a nível individual, na formação de personalidades que marcaram a história inglesa, como os dois ministros Pitt ou do duque de Wellington.

A Companhia Inglesa das Índias Orientais encarnou um modelo vitorioso. Contudo, seu êxito como de resto se dá em qualquer empreendimento humano, é recorrente às condições que lhe deram origem. A esfera autônoma de coerção representada pela classe dos mercadores encontrou na Companhia não apenas sua forma suprema de organização, mas de realização de valores puritanos e mercantis. Importa lembrar o papel do canhão de bronze, que converteu cada mercador proprietário de navio em um “pequeno soberano”. Na metade do século XIX as condições da guerra haviam se alterado substancialmente, devido ao concurso do vapor. Na guerra da Criméia, o navio de guerra não é tão diferente do existente em 1600. Ainda é um barco à vela com pontes de madeira, entretanto já possui um pequeno motor a vapor que lhe permite portar de sessenta a cem canhões, mas uns

poucos de grosso calibre pesando até 19 toneladas. Apesar das similitudes superficiais o navio de guerra já está além das posses mesmo de um mercador abastado. O vapor, ainda em seus primórdios, restabeleceu a função da marinha de guerra profissional. Em 1862 surgiu o encouraçado, o progresso da propulsão a vapor conjugado com a blindagem, rapidamente conduziu a canhões de 100 toneladas, que lançam projéteis de mil quilos. Neste caso, a concentração de capital que exige a construção e aquisição deste tipo de barco tornou proibitiva à esfera autônoma de coerção dos mercadores aventureiros, que no imperialismo tiveram que se resignar aos grupos de pressão e a atuação parlamentar (ENGELS, 1873, p.159).

Para futuras pesquisas, cabe perguntar-se até onde, mesmo depois de extinta, não inspirou a grande estratégia e a doutrina de operações da Inglaterra. A pergunta fica pertinente se considerarmos que Alfred Mahan, ao teorizar sobre o fundamento do poder naval britânico elencou a importância das colônias e mercados, da produção e da posse de navios, em suma, do domínio dos mares (CROWL, 2001, p.590). As lições que Mahan extrai do domínio britânico como um todo no final do século XIX, tiveram como mestre a Companhia, tanto quanto a Marinha Inglesa.

De fato, cabe perguntar até onde a estratégia britânica para a Europa aplicada nas duas guerras mundiais não seguia o modelo aplicado na Índia, apenas substituindo Mumbai pela Inglaterra e os países baixos, Calcutá por Creta, Malta e os Balcãs e por fim Madras (Mumbai) por Gibraltar e Portugal. Desta perspectiva, mais do que criar o império britânico a Companhia legou sua visão de mundo aos ingleses e tem sua continuidade no próprio Estado-nação britânico. Além disso, existem inúmeras questões suscitadas pelo papel de estado ampliado exercido pela companhia. Para além da esfera de coerção, a Companhia legou e difundiu dentro e fora da Inglaterra uma visão de mundo que moldou a própria sociedade e o estado: o puritanismo, o livre mercado e o regime parlamentar. Naturalmente um processo contraditório e não linear, mas regular e constante em suas linhas gerais.

Também fica em aberto saber qual papel pode ser cumprido por empresas brasileiras como a Odebrecht e a Petrobrás, nas relações internacionais do Brasil. Apesar de sua origem distinta (a Odebrecht sendo construtora e a Petrobrás, petrolífera), ambas as empresas dedicam grande parte de sua atividade à tecnologia. Como vivemos a era da informação em que o conhecimento tornou-se

um insumo autônomo do processo produtivo cabe perguntar em que circunstâncias as empresas brasileiras poderiam cumprir um papel análogo ao da Companhia Inglesa das Índias Orientais na projeção internacional, ainda que com conteúdo ético totalmente diverso.

A esse respeito cabe-se referir que a Odebrecht tem se interessado pelo aparelhamento das forças armadas brasileiras e setor de defesa (a Odebrecht Defesa e Tecnologia foi criada em 2011)⁵⁴, e que a Petrobrás desenvolve energia limpas que serão o alicerce no Brasil e no mundo. Isto para não se falar do papel típico já cumprido pela Petrobras como empresa de petróleo nas relações sul-sul, sobretudo junto aos países africanos. Odebrecht e a Petrobrás, como a Companhia Inglesa, atualmente têm no mar sua fonte de projeção futura e o maior potencial de negócios e serviços.

De todo modo esta e outras questões são para pesquisas futuras. Acredita-se que no curso dos três capítulos conseguiu-se demonstrar de forma satisfatória a cercada Cia inglesa ter cumprido ainda a época do mercantilismo as funções de um estado ampliado que serviu de suporte para o surgimento do próprio Império Britânico.

⁵⁴ Apesar de jovem, a empresa foi criada ainda este ano, a Odebrecht já tem parcerias com a EADS, empresa europeia produtora de material de defesa, com o consórcio Sepetiba, que gerencia o programa nacional de desenvolvimento de submarinos e com a empresa Itaguaí Construções Navais que constrói submarinos convencionais e o submarino nuclear brasileiro.

REFERÊNCIA

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX: Dinheiro, Poder e as Origens de nosso Tempo**. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII: O Jogo das Trocas**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BUCI-GLUCKSMANN, Christianne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CROWL, Philip A. Crowl. Alfred Thayer Mahan: o Historiador Naval. In **Construtores da Estratégia Moderna**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DOB, Maurice. **Studies in the development of Capitalism**. London: George Routledge & Sons LTDA, 1946. Disponível em <http://books.google.com/books?id=UrE9AAAAIAAJ&printsec=frontcover&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 nov. 2011.

ENGELS, Friederich. O Papel da Violência na História. In **Escritos Militares**. São Paulo: Editora Parma Ltda. 1981.

FRANCO JÚNIOR, Hilário, CHACON, Paulo. **História Econômica Geral**. São Paulo, Atlas, 1987.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Mundial 1492-1789**. Rio de Janeiro: Zahar Editora Nacional 2001.

FERRO, Marc. **História das Colonizações: das conquistas às independências: séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

GIDDENS, Anthony. **O Estado Nação e a Violência**. São Paulo: Edusp, 2001.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2010.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

KEEGAN, John. **A Máscara do Comando**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército Editora, 1999.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MARX, Karl. La Dominacion Britânica en la India. In **Obras Escogidas, tomo I**. Madrid: Editorial Ayuso, 1975 (10/06/1853).

MILL, James. **The History of British India**. London: James Madden, 1858. Vol I. Disponível em: http://books.google.co.in/books?id=Orw_AAAAcAAJ&printsec=frontcover&dq=the+history+of+british+india&hl=en&ei=MbixTpOrNILVgAfc27jGAQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=3&ved=0CEMQ6AEwAg#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 04 nov. 2011

MORRIS, Roger. **Foundations of the British Maritime Ascendency: Resources Logistics and the State, 1755-1815**. New York: Cambridge University Press. 2011.

MUKHERJEE, Ramkrishna. **The Rise and Fall of the East India Company**. New York: Monthly Review Press, 2009.

MURRAY, Hugh. History of British India. London: T. Nelsons and Sons. 1860. Disponível em: http://books.google.co.in/books?id=1XclAAAAQAAJ&printsec=frontcover&dq=history+of+british+india&hl=en&ei=qL-1TrG0Cany0gG73dXRBw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CFEQ6AEwBQ#v=onepage&q=complete%20masters&f=false>. Acesso em: 04 nov. 2011

NISBET, Robert. **Os Filósofos Sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1982

O'CONNELL, Robert L. **História da Guerra: armas e homens**. Lisboa: Teorema. 1989

ROBINS, Nick. Loot: **In search of the East India Company, the world's first transnational corporation**. Published by Sage on behalf of the International Institute for Environment and Development. 2002

RUDÉ, Georges. A Europa no Século XVIII: Aristocracia e o desafio burguês. Lisboa: Editora Gradiva, 1988.

SMITH, Adam. **Na Inquire of the nature and causes of the Wealth of Nations**. Digireads.com publishing (www.digireads.com), 2009.

TILLY, Charles. **Coerção, Capital e Estados Europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland, 1979.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

WOODWARD, Elbert L. **Uma História da Inglaterra**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

APÊNDICES

APÊNDICE A - LINHA DO TEMPO

- 1494: - Tratado de Tordesilhas
- 1492: - Chegada de Cristovam Colombo a América
- 1498: - Vasco da Gama chega à Índia (Calecute)

- 1505: - Constituído o Estado Português da Índia
- 1553: - Coroação de Maria
 - Criação da Companhia Russa
- 1556: - Coroamento de Akbar
- 1558: - Morte de Maria
- 1559: - Coroação de Elizabete I / Isabel I no trono da Inglaterra
- 1580: - União Ibérica - Começo
- 1581: - Declarada a independência dos Países Baixos
 - Primeiro entreposto inglês ultramarino
- 1585: - Guerra Anglo-Espanhola – Começo
- 1588: - Vitória Britânica sobre a “Invencível Armada”
- 1599: - Criação da “The Governor and Company of Merchant Adventurers trading with the East Indies” / “Governador e Companhia dos Mercadores Aventureiros de Londres, do comércio com as Índias Orientais”.
- 1600: - Criação da “Governor and Company of Merchants of London, trading to the East Indies” / “Governador e Companhia dos Mercadores de Londres, do comércio com as Índias Orientais”.
- 1603: - Morte de Elizabete I / Isabel I
- 1603: - Coroação de Jaime I na Inglaterra
- 1604: - Guerra Anglo-Espanhola – Fim / Tratado de Londres
- 1605: - Morte de Akbar

- 1623: - Massacre dos comerciantes ingleses em Amboyna.
- 1625: - Morte de Jaime I.
- 1625: - Coroação de Carlos I.
- 1638: - Conversão Escocesa.
- 1640: - Criação do forte de Madras (Chennai).
- União Ibérica - Fim
- 1641: - Rebelião Irlandesa.
- 1648: - Reconhecida independência dos Países Baixos
- Paz de Vestfália
- 1649: - Morte de Carlos I
- Instituição da Commonwealth
- 1651: - Instituição dos Atos de Navegação
- 1652: - Começo da Primeira Guerra Anglo-Holandesa
- 1653: - Oliver Cromwell torna-se Lord Protetor
- 1654: - Fim da Primeira Guerra Anglo-Holandesa
- 1658: - Morte de Oliver Cromwell
- 1661: - Criação do forte de Bombay (Mumbai) (atual Mumbai)-presente para o rei Carlos II de sua esposa portuguesa Catarina de Bragança e logo arrendado para a companhia por polpuda quantia e aluguel anual.
- Coroação de Carlos II
- 1662: - Casamento de Carlos II com Catarina de Bragança
- 1667: - Troca dos últimos entrepostos da Cia nas Índias orientais com os holandeses por Nova Amsterdam, logo renomeada Nova Iorque.
- 1675: - Fundação do Observatório de Greenwich
- 1685: - Morre Carlos II
- Coroação de Jaime II
- 1686: - Início da investida da Companhia contra o Império Mogol
- 1687: - Fim da investida da Companhia contra o Império Mogol

- 1688: - Revolução Gloriosa
- Cai Jaime II
- 1689: - Declaração de Direitos de 1689
- Coroação de Guilherme III e Maria II
- Ato de Tolerância
- 1694: - Constituído o Banco da Inglaterra
- 1698: - Carta de privilégios para a “Nova” Companhia das Índias Orientais
- 1702: - Instrumento de União determina a criação da “The United Company of Merchants of England trading with the East Indies”.
- 1703: - Tratado de Muthuen.
- 1707: - Escócia vota e aprova união política com a Inglaterra.
- 1713: - Tratado de Utrecht
- 1746: - 1º Guerra do Carnatic - Começo
- 1748: - 1º Guerra do Carnatic - Fim
- 1749: - 2º Guerra do Carnatic - Começo
- 1754: - Guerra Franco-Indígena (French and Indian War) (FrXING)(vem a integrar a Guerra dos Sete Anos).
- 2º Guerra do Carnatic – Fim.
- 1756: - Guerra dos Sete Anos – Começo.
- 1757: - Início da “administração” de Willian Pitt como “primeiro ministro”.
- 3º Guerra do Carnatic – Começo.
- Batalha de Plassey / conquista de Bengal.
- 1760: - Coroação de George III.
- 1761: - Fim da “administração” de Willian Pitt como “primeiro ministro”.
- 1763: - Guerra dos Sete Anos – Fim.
- 3º Guerra do Carnatic - Fim.
- 1766: - 1º Guerra do Mysore – Começo.
- 1769: - 1º Guerra do Mysore – Fim

1773: - Ato regulatório de 1773

1774: - Guerra de Ruhela

1775: - Guerra de Independência dos Estados Unidos

1776: - Adam Smith publica a “Riqueza das Nações”.

- Declaração de Independência dos Estados Unidos.

1777: - 1º “Guerra Anglo-Marata”- Início.

1780: - 2º Guerra do Mysore – Começo.

1783: - Tratado de Paris (Versalhes) dá fim a Guerra de Independência dos Estados Unidos.

- Começo da “administração” de Willian Pitt, o jovem, como “primeiro ministro”.

- 1º “Guerra Anglo-Marata”- Fim.

1786: - Tratado de Eden.

1784: - Ato da Índia de 1784 (Pitt`s Act).

: - 2º Guerra do Mysore – Fim.

1789: - 3º Guerra do Mysore – Começo.

1792: - 3º Guerra do Mysore – Fim.

1799: - Quarta Guerra Anglo-Mysore – Começo/Fim.

1801: - Fim da “administração” de Willian Pitt, o jovem, como “primeiro ministro”.

- Criação do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda.

1802: - Tratado de Amiens.

1803: - 2º “Guerra Anglo-Marata”- Início.

1804: - Começo da segunda “administração” de Willian Pitt, o jovem, como “primeiro ministro”.

1805: - 2º “Guerra Anglo-Marata”- Fim.

1806: - Fim da segunda “administração” de Willian Pitt, o jovem, como “primeiro ministro”.

1815: - Batalha de Waterloo

1817: - 3º “Guerra Anglo-Marata”- Início/Fim

1820: - Morte de George III

1857: - Revolta dos Cipayos

1858: - Ato para Melhor Governo da Índia – liquidou a Cia e transferiu todas as posses e responsabilidade da mesma para a Coroa

1877: - Rainha Vitória e proclamada Imperatriz da Índia

ANEXOS

ANEXO I – TERRITÓRIO DO IMPÉRIO MOGOL EM SEU APOGEU

